



RELATÓRIO DE GESTÃO & CONTAS 2023

ÍNDICE

Lista de Tabelas.....	4
Lista de Gráficos	4
Lista de Figuras.....	4
Lista de Símbolos, Abreviaturas e Siglas	5
Informação Corporativa	6
Mensagem do Presidente.....	7
Enquadramento Macroeconómico	9
Panorama Macroeconómico Global.....	9
Panorama Macroeconómico Nacional	9
Enquadramento Regulamentar.....	14
Principais Indicadores de 2023	15
Estrutura Orgânica	16
Estratégia do FGC	19
Missão, Visão e Valores.....	19
Objectivos Globais Definidos para 2023 Alinhados ao Plano Estratégico	20
Plano Estratégico: visão para 2024-2027	23
Descrição da Actividade.....	24
Garantias Emitidas e Financiamentos (2012 - 2023).....	24
Evolução das Garantias Emitidas por Ano	25
Garantias Emitidas e Financiamentos por Província (valores acumulados)	26
Garantias Emitidas e Financiamentos por Bancos (valores acumulados)	28
Garantias Emitidas e Financiamentos por Sector de Actividade (valores acumulados).....	28
Garantias Vivas Acumuladas (2012-2023)	29
Garantias Emitidas e Financiamentos (31.12.2023)	29
Garantias Emitidas e Financiamentos por Província em 2023	29
Garantias Emitidas e Financiamentos Por Bancos em 2023.....	31
Nível de Alavancagem Garantias Vivas.....	33
Desempenho financeiro.....	35
Colaboradores	38
Responsabilidade Social	39
Cultura Organizacional.....	40
Eventos.....	41
Demonstrações da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2023 e 2022	45



Demonstrações de Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022.....	46
Demonstrações das Alterações nos Fundos Próprios para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022	47
Demonstrações de Fluxos de Caixa de 31 de Dezembro de 2023 e 2022.....	48
1. Bases de Apresentação e Resumo das Principais Políticas Contabilísticas	49
1.1. Bases de Apresentação	49
1.2. Políticas Contabilísticas.....	50
1.3 Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras	57
2. Disponibilidades.....	59
3. Aplicações de Liquidez.....	59
4. Títulos e Valores Mobiliários	60
5. Créditos	61
6. Outros valores	62
7. Imobilizações	63
8. Outras Captações	64
9. Adiantamento de Clientes	64
10. Outras Obrigações	65
11. Provisões Para Responsabilidades Prováveis e Imparidades.....	66
12. Fundos Próprios	67
13. Contas Extrapatrimoniais	69
14. Margem Financeira	72
15. Resultados de Negócios e Ajuste ao Valor.....	72
16. Resultados de Operações Cambiais	73
17. Resultados de Prestação de Serviços Financeiros	73
18. Pessoal.....	74
19. Fornecimentos e Serviços de Terceiros	75
20. Impostos e Taxas	76
21. Outros Proveitos e Custos Operacionais	76
22. Resultado Não Operacional	77
23. Imposto Corrente	78
24. Balanço por Moeda	79
25. Eventos Subsequentes	79



Lista de Tabelas

Tabela 1 - Taxa de Câmbio	12
Tabela 2 - Enquadramento Regulamentar	14
Tabela 3 - Indicadores Financeiros	15
Tabela 4 - Distribuição de Pelouros	18
Tabela 5 - Missão, visão e valores	19
Tabela 6 - Objectivos Globais Definidos para 2023	20
Tabela 7 - Metas Alcançadas	22
Tabela 8 - Principais Variações da Carteira de Garantia (valores acumulados)	24
Tabela 9 - Distribuição das Garantias Emitidas e Financiamentos por Programa (valores acumulados)	25
Tabela 10 - Distribuição das Garantias Emitidas e Financiamentos por Província (valores acumulados)	26
Tabela 11 - Distribuição das Garantias Emitidas e Financiamentos por Bancos (valores acumulados)	28
Tabela 12 - Distribuição das Garantias Emitidas e Financiamentos por Sector de Actividade (valores acumulados)	28
Tabela 13 - Principais Variações da Carteira de Garantias Vivas	29
Tabela 14 - Garantias Emitidas e Financiamentos por Programa, em 2023	29
Tabela 15 - Garantias Emitidas e Financiamentos por Província, em 2023	30
Tabela 16 - Distribuição das Garantias Emitidas e Financiamentos por Bancos, em 2023	31
Tabela 17 - Garantias Emitidas por Sector de Actividade, em 2023	32

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Evolução do Preço do Brent (Usd/barril)	11
Gráfico 2 - Reservas Internacionais Líquidas em 2023	13
Gráfico 3 - Evolução das Garantias Emitidas Por Ano	25
Gráfico 4 - Carteira global de garantia por programa (valores acumulados)	26
Gráfico 5 - Nível de Alavancagem Garantias Vivas – PAI	33
Gráfico 6 - Nível de Alavancagem Garantias Vivas - GAP	34
Gráfico 7 - Nível de Alavancagem Garantias Vivas - PDAC	34
Gráfico 8 - Activo em Milhares de Kwanzas	36
Gráfico 9 - Passivo em Milhares de Kwanzas	36
Gráfico 10 - Fundos Próprios em Milhares de Kwanzas	37
Gráfico 11 - Resultados Líquidos em Milhares de Kwanzas	37
Gráfico 12 - Nível de Escolaridade dos Colaboradores do FGC	38
Gráfico 13 - Género dos Colaboradores FGC em Percentagem	38

Lista de Figuras

Figura 1 - Organograma do FGC	16
Figura 2 - Distribuição do Número de Garantias Emitidas e Financiamentos por Província	27
Figura 3 - Número de Garantias Emitidas por Província, em 2023	31



Lista de Símbolos, Abreviaturas e Siglas

AOA	Moeda de Angola
BNA	Banco Nacional de Angola
FGC	Fundo de Garantia de Crédito
GAP	Garantias de Apoio a Produção
IPCN	Índice de Preço ao Consumidor
INE	Instituto Nacional de Estatística
OMS	Organização Mundial da Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
PAI	Programa Angola Investe
LAPS	Linha de Apoio aos Projectos Sustentáveis
PDAC	Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial
PDN	Plano de Desenvolvimento Nacional
I.E.A	Inquérito ao Emprego em Angola
RGPA	Recenseamento Geral da População e habitação
RIL	Reservas Internacionais Líquidas
IFP	Instituições Financeira Participantes



Informação Corporativa

História

O Fundo de Garantia de Crédito (FGC) é uma Instituição financeira não bancária, criada pelo Decreto Presidencial n.º 78/12, de 4 de Maio, com capital totalmente público, vocacionado para o apoio a Micros, Pequenas e Médias Empresas (MPME's) de capital maioritariamente angolano.

O FGC foca-se na concessão de garantias que facilitem o acesso ao crédito em condições de preços e prazos mais adequados aos seus investimentos, ao abrigo de regras definidas no Regulamento do Mecanismo de Garantias Públicas, visando o fomento do crédito para o desenvolvimento do sector real da economia.

O FGC é uma Instituição de interesse estratégico, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Desde a sua criação, o FGC já emitiu 968 Garantias, que totalizam um montante de MAOA 498 040, que representam uma cobertura média de 61% para um montante financiado na ordem dos MAOA 815 657.

Localização geográfica

O Fundo de Garantia de Crédito está localizado em Luanda, Angola, no Condomínio Dolce Vita, Lote 3B, 1º B em Talatona.

O Contacto telefónico do FGC é o (+244) 923 120 170, sendo o e-mail geral o seguinte: apoio.secretariado@fgc.gov.ao.

1. Em conformidade com os seus Estatutos o FGC tem os seguintes Órgãos Sociais:

I. O Conselho de Administração, composto por 3 (três) administradores executivos, nomeadamente:

- **Presidente** Luzayadio Simba;
- **Administradora** Efigénia Mpengo;
- **Administrador** Eduardo Mohamed.

II. O Conselho Fiscal, composto por 3 (três) vogais, que são:

- **Presidente** Célia Marisa Pedro Rafael de Almeida;
- **Vogal** Adilson Alberto Sacramento;
- **Vogal** Sidónio Carlos Domingos.

III. O Conselho Técnico Consultivo, cuja composição integra o Conselho de Administração, o Corpo Directivo e outros especialistas de interesse nas matérias abordadas.

2. O FGC tem definido um modelo de Governação Corporativa que procura estar alinhado com as melhores práticas do mercado e com o contexto actual da Instituição, sendo de destacar que se encontram estruturados os seguintes Comitês:

- Comité de Gestão de Risco;
- Comité de Garantia de Crédito;
- Comité de Auditoria e Controlo Interno;
- Comité de Ética.





Dr. Luzayadio Simba
Presidente do Conselho de Administração

7

Mensagem do Presidente

Estimados colaboradores, parceiros e demais público interessado, é sempre uma oportunidade sublime partilhar informações relacionadas com a actuação do Fundo de Garantia de Crédito, enquanto instituição financeira não bancária comprometida com a promoção da participação do empresariado nacional na economia do país e do sector produtivo em particular.

Como é da praxe, a partilha desta mensagem é um pressuposto que visa reforçar o diálogo com a sociedade em geral, no que concerne às acções desenvolvidas pelo FGC, em obediência ao princípio da transparência e da Lei, que rege as instituições do sistema financeiro angolano, cujos dados são apresentados de forma detalhada no Relatório de Gestão e Contas, referente ao exercício de 2023.

Importa frisar que o presente Relatório é resultado das metas definidas no actual Plano Estratégico da instituição, cuja operacionalização contou com o concurso das distintas Unidades Orgânicas que compõem o FGC e sob a liderança do Conselho de Administração, que está em funções desde Setembro de 2022.

Adicionalmente, consta da estratégia do FGC, a materialização do ambicioso Plano de Aceleração e Fomento da Garantia do Crédito (PA-FGC), instrumento que tem como objectivo contribuir para a implementação das Medidas de Estímulo à Economia e Dinamização do seu Potencial, gizadas pelo Executivo, no quadro do fomento da produção e garantia da segurança alimentar.

Ainda no domínio do fomento da produção e diversificação da economia nacional, o FGC criou a Linha de Apoio aos Projectos Sustentáveis (LAPS), que dispõe de cerca de 200 mil milhões de kwanzas, para facilitar o acesso ao financiamento bancário a favor dos agentes económicos e dedicar, para o efeito, especial atenção aos micro e pequenos agricultores, famílias camponesas e cooperativas agrícolas, em virtude deste segmento contribuir significativamente com a produção dos principais produtos consumidos pela população angolana.

Assim, e não obstante os desafios enfrentados durante o período em análise, é imprescindível sublinhar que o ano de 2023 é caracterizado como um ano positivo para a instituição, porque permitiu inaugurar uma nova era, marcada por importantes realizações, como a celebração de acordos com bancos comerciais para o financiamento de projectos; criação da Agência Regional do Lobito, que faz parte de um plano de expansão que contempla quatro agências no país; realização de Fóruns Provinciais de Garantia e Crédito; manutenção do Plano de Saneamento do descontinuado Programa Angola Investe e o aumento considerável de garantias emitidas para o sector produtivo.

Dr. Luzayadio Simba
Presidente do Conselho de Administração

Para o ano de 2024, o Conselho de Administração propõe-se a emitir um total de mil garantias, dando primazia a projectos liderados por mulheres e jovens, e desta forma, assegurar que cada província não tenha abaixo de 50 projectos garantidos pelo Fundo de Garantia de Crédito.

Em suma, estas projecções resultam da existência de um ecossistema favorável para a promoção e fomento da produção nacional, numa altura em que é requerida a conjugação de sinergias entre os diversos actores que intervêm na cadeia de financiamento de projectos sustentáveis, de modo que o país produza alimentos essenciais para o bem-estar das populações.

Enquadramento Macroeconómico

Panorama Macroeconómico Global

Em 2023, a dinâmica inflacionista e a gestão da Política Monetária permaneceram como preocupação central para a economia global, com efeitos nas perspectivas de crescimento global.

De acordo com o relatório do Banco Mundial, publicado em Janeiro de 2024, a economia mundial terá crescido 2,60% em 2023, impulsionada pelo desempenho das economias emergentes e avançadas, com destaque para a China e os Estados Unidos da América, com um crescimento de 5,20% e de 2,50%, respectivamente.

Para 2024 o Banco Mundial perspectiva um crescimento de 2,40% do PIB mundial, reflectindo os efeitos das políticas monetárias restritivas dos principais Bancos Centrais, o que traduzirá, a confirmar-se, o terceiro ano consecutivo de desaceleração do crescimento económico a nível global.

No mercado das *commodities* energéticas, importa salientar que o mercado petrolífero em 2023 se evidenciou por alguma volatilidade, influenciado pelos desafios macroeconómicos globais como por desenvolvimentos e incertezas geopolíticas. Em termos médios, o preço do barril do Brent situou-se em 82,2 dólares em 2023, uma redução de 16,90% face à 2022, reflectindo, essencialmente, um abrandamento da produção industrial a nível global no quadro do aumento generalizado das taxas de juro nas principais economias.

O fim da pandemia da COVID-19, decretado pela OMS-Organização Mundial da Saúde, em Maio de 2023 e, concomitantemente, o alívio das regras de confinamento relançaram a esperança da retoma do equilíbrio nos mercados mundiais. De facto, em 2023 verificou-se um aumento significativo da produção em países não-membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), com especial destaque para os Estados Unidos da América.

Panorama Macroeconómico Nacional

No ano de 2023, a economia nacional deparou-se com um cenário muito desafiante, influenciado pelo panorama internacional, em particular no que se refere à dinâmica inflacionista, a uma política monetária mais restritiva a nível global e a vários focos de incerteza geopolítica.

Como referido anteriormente, verificou-se uma diminuição do preço do petróleo e um aumento das taxas de juros internacionais, os quais se conjugaram com uma produção petrolífera nacional inferior ao antecipado no quadro de um serviço de dívida externa particularmente exigente em 2023, o que teve um impacto negativo a nível económico, em particular no mercado cambial.

O crescimento da economia situou-se em 0,60% no acumulado dos primeiros nove meses de 2023, com a contracção do sector petrolífero (-3,90%) a neutralizar o crescimento observado na economia não petrolífera (2,30%).

Para 2024, o Orçamento Geral do Estado apresenta um cenário em que se assume uma aceleração do crescimento do PIB para 2,80%, o qual assenta, particularmente, na actividade não petrolífera com uma redução do nível de inflação para 15,60%. Nesse quadro, estima-se um equilíbrio do saldo orçamental e um financiamento externo líquido positivo em cerca de AOA 638 milhões.

Sector Real

De acordo com as estatísticas de preços, divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a inflação mensal em Dezembro de 2023 foi de 2,42%, influenciada pela contribuição das classes de Alimentação e Bebidas não Alcoólicas (1,67 pontos percentuais), Bens e Serviços Diversos (0,21 pontos percentuais) e Saúde (0,12 pontos percentuais).

O ano de 2023, foi marcado pelo lançamento do PDN – Plano de Desenvolvimento Nacional, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 225/23 de 30 de Novembro, que visa a promoção do desenvolvimento socioeconómico e territorial do País, constituindo-se num mecanismo de implementação da Estratégia de Longo Prazo.

O referido diploma reveste-se de grande importância pela relevância na política do Executivo que congrega objectivos, estratégias, programas e acções, sendo, por isso, o plano de mais alto grau hierárquico do Sistema Nacional de Planeamento.

No segundo trimestre de 2023, o sector externo da economia nacional persistiu à deterioração dos termos de troca, o saldo provisório da conta de bens reduziu em 13,80%, passando de 4,63 mil milhões de dólares norte-americanos no trimestre anterior para 3,99 mil milhões de dólares norte-americanos no trimestre em análise. Este desempenho foi justificado, principalmente, pela diminuição das receitas de exportação em 11,08%, sendo que o valor das exportações recuou em 7,95%.

O desempenho menos positivo da conta de bens impactou negativamente na oferta de recursos em moeda estrangeira. Os bancos comerciais adquiriram o montante de 2,59 mil milhões de dólares norte-americanos, face aos 3,16 mil milhões de dólares norte-americanos do trimestre anterior, o que correspondeu a um decréscimo de 18,25%. Do montante comprado, 1,09 mil milhões de dólares norte-americanos tiveram como origem as companhias petrolíferas, 510,45 milhões de dólares norte-americanos outros sectores, 432,30 milhões de dólares norte-americanos o BNA, 286 milhões de dólares norte-americanos o Tesouro Nacional e 269,22 milhões de dólares americanos o sector diamantífero.

No domínio monetário, a Base Monetária em moeda nacional registou uma expansão de 10,72% no mês de Dezembro de 2023, elevando a variação acumulada para 34,01%. Por seu turno, o agregado monetário M2 em moeda nacional expandiu 1,14% em Dezembro, elevando a expansão acumulada para 31,17%. Para além do efeito expansionista da execução fiscal, contribuiu, igualmente, para a expansão monetária, o crescimento do crédito ao sector privado em moeda nacional na ordem de 18,50% em 2023. Nesse contexto, o stock de crédito ao sector privado, em moeda nacional, atingiu 4,13 biliões de Kwanzas, tendo registado um aumento de 644, 44 mil milhões de Kwanzas.

Perante o contexto desafiante, o Executivo iniciou a estratégia de eliminação gradual dos subsídios aos combustíveis. De forma complementar, foram tomadas algumas medidas de ajustamento, como seja a suspensão dos projectos de investimento público com uma taxa de execução inferior a 80% e o congelamento das despesas recorrentes não essenciais.

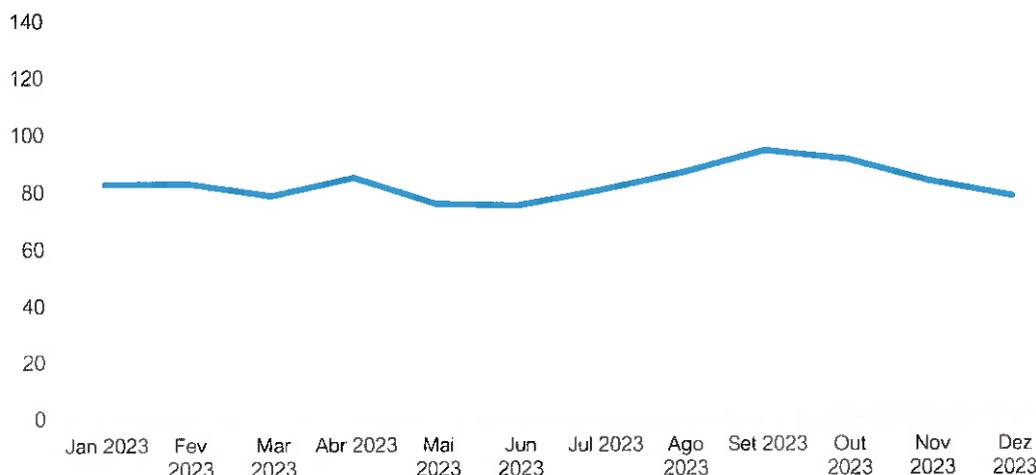
Apesar do maior optimismo por parte de algumas instituições, os últimos três meses de 2023 poderão ter sido de desaceleração para o PIB não petrolífero, fruto dos efeitos da intensa depreciação da moeda, do mercado cambial menos fluído, da aceleração da inflação e do corte da despesa pública. Não obstante esse cenário, as agências internacionais de *rating* não efectuaram ajustes significativos nas avaliações de crédito de Angola.

Mercado de Commodities

No final de 2023, o preço do petróleo Brent estava próximo de 71,7 dólares norte-americanos (USD) por barril. A produção nacional ficou aquém das expectativas iniciais, em particular, como resultado de um conjunto de operações de manutenção nos principais blocos petrolíferos.

Em 2023, a exportação média de barris de petróleo situou-se em 1 098 milhões de barris por dia, uma redução de cerca de 4% face à 2022 e inferior em cerca de 7% ao cenário do Orçamento Geral do Estado para 2023. Neste contexto, Angola exportou cerca de USD 31 420 milhões no ano de 2023, sendo que cerca de USD 17 854 milhões tiveram como destino a República Popular da China.

Gráfico 1 - Evolução do Preço do Brent (Usd/barril)



Fonte: INE e BNA

Desemprego e Inflação

O IEA – Inquérito ao Emprego em Angola, que remonta o IV Trimestre de 2023, é um inquérito por amostragem, dirigido à população residente em habitações familiares em Angola. Os dados foram ponderados, tendo por referência as estimativas da população, calculadas a partir dos resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) 2014 e da Projecção da População para o período 2014-2050.

A população economicamente activa, com 15 ou mais anos, foi estimada em 17 157 929 pessoas, sendo 8 276 142 homens e 8 881 787 mulheres. A taxa de actividade da população com 15 ou mais anos foi estimada em 89%, sendo a dos homens (89,20%) mais elevada que a das mulheres (88,80%). A taxa de actividade na área urbana foi superior à rural, 90,60% e 86%, respetivamente.

A taxa de emprego foi estimada em 60,70%, sendo na área rural significativamente superior à urbana (76,20% e 52,60%, respetivamente), resultando numa diferença de 23,6 pontos percentuais. A taxa de emprego dos homens (62,10%) é superior à das mulheres (59,30%).

A taxa de emprego dos jovens, com 15-24 anos, foi de 35,10%, havendo uma ligeira diferença entre homens e mulheres (35% e 35,20%, respetivamente). Entretanto, os dados indicam que os grupos etários 35-44 e 45-54 anos de idade concentram o maior grupo de pessoas empregadas.

A população desempregada com 15 ou mais anos, foi estimada em 5 465 291 pessoas, sendo 2 514 984 homens e 2 950 308 mulheres. A taxa de desemprego na população com 15 ou mais anos foi estimada em 31,90%, sendo mais elevada para as mulheres, com 33,2%, comparando com os homens, com 30,40% (diferença de 2,8 pontos percentuais). A taxa de desemprego na área urbana (41,90%) foi cerca de 4 vezes superior à da área rural (11,40%), com uma diferença de 30,5 pontos percentuais.

Segundo as estatísticas de preços divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a inflação mensal em dezembro foi de 2,42%, influenciada pela contribuição das classes de Alimentação e Bebidas não Alcoólicas com 1,67 pontos percentuais, Bens e Serviços Diversos (0,21 pontos percentuais) e Saúde (0,12 pontos percentuais).

No que respeita às contribuições por produto, 24 dos 732 produtos que compõem a matriz do Índice de Preços no Consumidor Nacional (IPCN) contribuíram com 1,31 pontos percentuais na inflação total, correspondendo a 53,97%, com realce para os produtos da classe de Alimentação e Bebidas não Alcoólicas.

A taxa de inflação, em 2023, atingiu 20,01%, em comparação com 13,86% no ano anterior. A principal contribuição para esse aumento provém, principalmente, da classe de Alimentação e Bebidas não Alcoólicas, com 12,74 pontos percentuais, seguida da classe de Bens e Serviços diversos, com 1,69 pontos percentuais, assim como a da Saúde, com 1,11 pontos percentuais.

Fonte: INE e BNA

Evolução da Taxa de Câmbio

De acordo com o Relatório do BNA Sobre a Evolução do Mercado Cambial em 2023, a queda do preço do barril de petróleo, bem como a menor entrada de recursos de financiamentos externos e, conseqüentemente, a redução substancial das receitas em moeda estrangeira, teve implicações na taxa de câmbio. Em 2023, os bancos adquiriram menos de 37,10% de moeda estrangeira relativamente ao ano de 2022, o que influenciou na queda da execução das operações cambiais.

O mês de Julho de 2023 registou o maior aumento da taxa de câmbio dos últimos 10 anos, sendo que a taxa de câmbio do Kwana, em relação ao dólar norte-americano, passou de USD/AOA 503,7, em Dezembro de 2022, para USD/AOA 828,8, em Dezembro de 2023, representando uma depreciação acumulada de 39,20%.

No final do período, a taxa de câmbio EUR/AOA registou uma depreciação acumulada de 41,30%, passando de EUR/AOA 537,4, em Dezembro 2022, para EUR/AOA 915,9, em Dezembro de 2023.

Tabela 1 - Taxa de câmbio

Período	Taxa de Fecho		Variação Acumulada	
	USD	EUR	USD	EUR
Dezembro de 2022	503,69	537,44	10,18%	17,04%
Dezembro de 2023	828,80	915,99	(39,23%)	(41,33%)

Fonte: BNA



Reservas Internacionais Líquidas (RIL)

O documento Política de Investimentos serve de base para a Gestão das Reservas Internacionais, aprovado pelo Conselho de Administração do BNA, para orientar o exercício das responsabilidades relacionadas com a gestão de reservas.

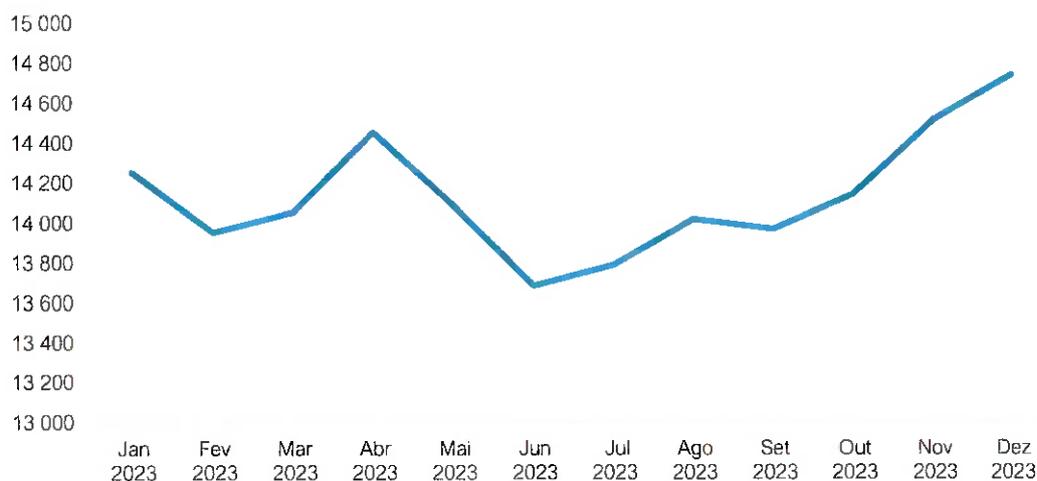
De forma complementar, o Decreto Presidencial n.º 253/11, de 26 de Setembro, aprova o quadro conceptual das Reservas Internacionais, cujo ponto n.º 1, do artigo 8.º, determina a utilização das Reservas Internacionais, para efeito de gestão da Política Monetária e Cambial por intermédio do BNA, devendo obedecer os princípios de eficiência e de gestão transparente.

Para o desempenho da gestão de reservas, o BNA, por intermédio do DGR, rege-se por diversos princípios internacionalmente aceites, de onde destacamos os seguintes:

- Princípio da Previdência - orienta para a adopção de uma postura mais conservadora, mitigando os efeitos da ocorrência de situações que impactam negativamente a gestão das reservas.
- Princípio da Solvência - constitui numa das pedras basilares na gestão de reservas e orienta para a avaliação quantitativa de forma consistente e baseada em princípios económicos dos activos e passivos a serem geridos.
- Princípio da Eficiência - recomenda a realização de todas as acções e atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional.
- Princípio da Legalidade - o preceito de que a administração pública restringe a actuação do gestor ao que é estritamente permitido por lei, de acordo com os meios e formas por ela estabelecidos e segundo os interesses públicos.

De acordo com os dados preliminares do Banco Central, as Reservas Líquidas Internacionais no final do ano de 2023 registaram um saldo de USD 14 733 milhões como evidenciado no gráfico seguinte, evidenciando-se um aumento das mesma no segundo semestre de 2023.

Gráfico 2 - Reservas Internacionais Líquidas em 2023



Fonte: BNA

Enquadramento Regulamentar

Em 2023, verificaram-se várias alterações regulamentares emitidas pelo BNA, na qualidade de autoridade reguladora e supervisora do Sistema Financeiro Nacional.

Nesse contexto, apresentamos de seguida uma sistematização das principais alterações consideradas relevantes para a actividade do FGC ou com impacto na sua actuação:

Tabela 2 - Enquadramento Regulamentar

Instrumentos	Assunto	Publicação
Directiva n.º 01/GAC/2023	Reporte de Informação de Crédito	Janeiro
Carta Circular n.º 03/23 de 17 de Março	Aviso 10/2022, de 06 de Abril sobre a concessão de crédito ao sector real da economia - Indústria Têxtil	Março
Instrutivo n.º 04/2023 de 30 de Março	Reservas Obrigatórias	Março
Directiva n.º 06/23 de 30 de Março	Requisitos para Cálculo e Cumprimento das Reservas Obrigatórias	Março
Aviso n.º 05/23 de 29 de Junho	Capital Social Mínimo das Instituições Financeiras, Não Financeiras	Junho
Carta Circular n.º 06/23 de 02 de Agosto	Produção de Fertilizantes e Materiais de Correção de Solos	Agosto
Instrutivo n.º 10/2023 de 09 de Agosto	Limites Prudenciais aos Grandes Riscos; Detenção de Participações em Empresas Não Financeiras	Agosto
Instrutivo n.º 11/23 de 9 de Agosto	Cálculo e Requisito de Fundos Próprios Regulamentares	Agosto
Carta Circular n.º 08/23 de 06 de Novembro	Programa de Formações no Âmbito das Funções de Controlo Interno	Novembro
Aviso n.º 12/23 de 04 de Dezembro	Requisitos para a Prestação de Serviço de Auditoria Externa	Dezembro
Directiva n.º 13/23 de 08 de Dezembro	Prazos de Reporte Colaboradores das IFS	Dezembro
Instrutivo n.º 18/23 de 19 de Dezembro	Procedimento Metodológicos do Auditor Externo	Dezembro

Principais Indicadores de 2023

Apresenta-se na tabela seguinte uma sistematização dos principais indicadores da actividade do FGC no período 2021-2023, expressos em milhares de Kwanzas. Importa destacar o sólido crescimento da actividade do FGC no exercício de 2023, como evidenciado nos principais indicadores destacados.

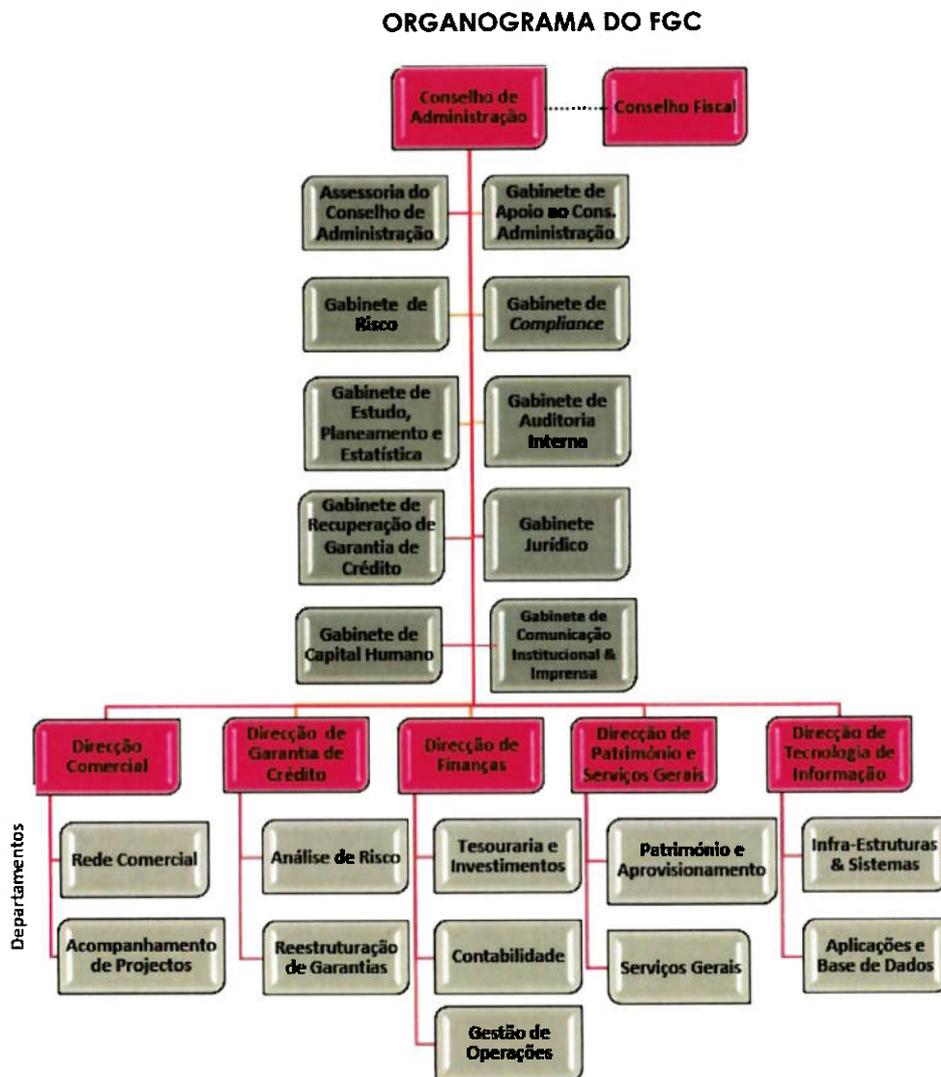
Tabela 3 - Indicadores financeiros (Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

Principais Indicadores	2021	2022	2023
Activo Total	141 162 142	155 208 194	213 434 539
Passivo Total	56 451 633	64 108 066	65 076 442
Capital Próprio	84 710 509	91 100 128	148 358 097
Rácio core Tier 1	21,83%	16,31%	25,17%
Margem Financeira	1 660 395	1 758 579	25 298 535
Custos Operacionais	-4 564 373	-5 660 719	-8 669 358
Resultados Operacionais	-9 968 634	-15 297 072	7 937 543
Rácio Cost-to-income	8,47%	8,76%	2,99%
Colaboradores	110	114	149
Resultado líquido	-10 227 740	-13 357 028	6 458 029
ROE	-13,74%	-15,67%	6,13%
ROA	-8,25%	-9,20%	4,26%
Garantias Emitidas (montante)	252 140 000	313 895 000	498 039 639
Garantias Emitidas (número)	632	752	968
Financiamento Garantido	411 251 000	517 488 000	815 656 872

Estrutura Orgânica

A Estrutura Orgânica actual do FGC é composta pelo Conselho de Administração (CA), Conselho Fiscal (CF), Assessoria do CA, Gabinetes, Direcções e Departamentos e foram distinguidas as áreas de negócio das áreas de controlo e suporte organizacional.

Figura 1 - Organograma do FGC



À luz do Decreto Presidencial n.º 197/15, de 16 de Outubro, o Conselho de Administração é composto por 3 elementos, nomeados por despacho conjunto dos titulares dos Departamentos Ministeriais responsáveis pelas Finanças Públicas e Fomento Empresarial.

A estrutura organizacional do FGC e os respectivos regulamentos são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração. Actualmente, para o seu funcionamento, o FGC está estruturado em cinco Direcções e dez Gabinetes, com as seguintes atribuições:

Conselho Fiscal - responsável pela fiscalização dos actos de gestão praticados pelo Conselho de Administração.

Conselho Técnico Consultivo - é o órgão de consulta do Conselho de Administração. Está constituído pelo Presidente do Conselho de Administração, administradores, Directores, chefes de departamento e quadros superiores seniores convocados pelo Presidente do Conselho de Administração.

Direcção de Gestão de Garantias - responsável pelo tratamento e análise dos riscos na concessão de garantias, minimizando o risco de incumprimento.

Direcção Comercial - responsável pela estratégia efectiva de aquisição e retenção de novos negócios/clientes e acompanhamento dos projectos garantidos.

Gabinete de Recuperação de Garantia - responsável pela maximização da recuperação de créditos, através de soluções concertadas com os clientes e promovendo, sempre que possível, soluções que alavanquem o sucesso do projecto.

Direcção Financeira - responsável pela gestão financeira efectiva de aquisição e retenção de novos negócios e contabilística e está igualmente encarregue pela execução da política de investimentos da instituição.

Direcção de Património e Serviços Gerais - responsável pelo apoio às diferentes unidades orgânicas do FGC, garantindo uma eficiente gestão dos seus activos e das actividades diárias inerentes às suas actividades.

Gabinete de Capital Humano - responsável pela gestão do capital humano do FGC, com base numa organização estruturada e documentada e no desenvolvimento contínuo do capital humano.

Direcção de Tecnologias de Informação - responsável pela gestão e optimização dos sistemas informáticos, tecnológicos e telecomunicações com vista à transformação digital contínua da operação do FGC e ao aumento da sua eficiência.

Gabinete de Apoio ao Conselho de Administração - responsável pelo apoio administrativo necessário para o eficiente funcionamento do Conselho de Administração e a sua interacção com as direcções do FGC e instituições externas, assegurar a administração operacional da empresa com vista à sua eficiência e ao suporte transversal às restantes áreas.

Gabinete Jurídico - responsável pelo suporte legal (constituição de garantias sobre o património dos clientes, emissão de pareceres sobre os contornos legais das várias operações).

Gabinete de Estudo, Planeamento e Estatística - responsável pelo desenvolvimento de produtos, planeamento, controlo orçamental, estatísticas da instituição e do mercado.

Gabinete Auditoria Interna - responsável pelo controlo interno das operações da instituição (normas internas, legislação nacional e práticas internacionalmente recomendadas).

Gabinete de Compliance – responsável por garantir a conformidade dos processos, promovendo o robustecimento e o crescimento sustentável do FGC.

Gabinete de Risco – responsável por todas as obrigações do Fundo e a eficaz gestão dos riscos da organização.

Assessoria do Conselho de Administração – os assessores apoiam a Administração e as diferentes áreas em projectos e tarefas em que detêm especial domínio técnico.

Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa - tem como objectivo prestar apoio técnico, ao qual incumbe a implementação, coordenação e monitorização das políticas de comunicação institucional e imprensa do FGC.

Para a materialização estratégica da ingente tarefa que advém da operacionalização das actividades do FGC com base na Estrutura Orgânica, a mesma foi distribuída por pelouros, de forma a assegurar uma adequada segregação de funções, como mostra a tabela abaixo:

18

Tabela 4 - Distribuição de Pelouros

Nome e Função	Sígl	Negócio	Suporte	Controlo
Luzayadio Nsimba Simba – PCA				
Gabinete de Capital Humano	GCH		●	
Gabinete de Apoio ao Conselho de Administração	GACA		●	
Gabinete Jurídico	GJU		●	
Gabinete Auditoria Interna	GAI			●
Gabinete de Risco	GRI			●
Gabinete de Compliance	GCO			●
Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa	GCII		●	
Efigênia Raquel Barroso Mpeno - Administradora				
Direcção Financeira	DFI		●	
Direcção de Património e Serviços Gerais	DPSG		●	
Gabinete de Estudo, Planeamento e Estatística	GEPE		●	
Assessoria do Conselho de Administração	ACA		●	
Eduardo Sampaio Catalahari Mohamed- Administrador				
Direcção de Gestão de Garantias	DGG	●		
Direcção Comercial	DCO	●		
Gabinete de Recuperação de Garantia de Crédito	GRGC	●		
Direcção de Tecnologias de Informação	DTI		●	

Estratégia do FGC

Missão, Visão e Valores

A missão, visão e valores são elementos basilares de actuação do Fundo. Na tabela abaixo, apresentamos a informação que vigorou no Plano Estratégico 2021-2025:

Tabela 5 - Missão, visão e valores

Missão	Visão
A missão do FGC é apoiar o desenvolvimento de projectos sólidos e viáveis, posicionando-se como um parceiro de confiança dos promotores, acompanhando-os ao longo de todo o ciclo de investimento.	Ser uma instituição de referência no sector financeiro angolano, liderando e promovendo o sector das garantias e de soluções relacionadas e sendo reconhecido como agente promotor do desenvolvimento económico angolano.
Valores	

A concretização da visão e da missão do Fundo de Garantia de Crédito pressupõe o respeito por valores e princípios que identificam a nossa organização e definem de uma forma estável a maneira de atuar e de se relacionar com as partes interessadas. A atuação do FGC será sempre regida por valores que representam os princípios da organização:

Agilidade

O FGC fará parte de um ecossistema complexo, com muitos decisores e etapas. As equipas do FGC serão ágeis na forma de trabalhar, mostrando elevada capacidade de resposta em diversos contextos.

Rigor

O rigor é o valor pelo qual todos os técnicos do FGC têm de ser reconhecidos no sector, transmitindo uma cultura de elevada qualidade e atenção ao pormenor, sobretudo no que toca ao risco.

Transparência

A transparência é um valor pelo qual os colaboradores do FGC têm de reger a sua actividade que orienta a actuação global do fundo junto do promotor, garantindo que a visão externa sobre o FGC remete para a transparência.

Proximidade

O FGC está perto dos seus clientes, dos seus parceiros e do ecossistema financeiro, apresentando-se como uma entidade acessível e disponível para interacção.

Objectivos Globais Definidos para 2023 Alinhados ao Plano Estratégico

Para o ano de 2023, o Fundo de Garantia de Crédito definiu os seguintes objectivos alinhado ao plano estratégico:

Tabela 6 - Objectivos Globais Definidos para 2023

Pilar	Objectivos	Iniciativas Estratégicas
<p>1. Apoiar o Fortalecimento Institucional do Sistema Nacional de Garantias</p> 	<ul style="list-style-type: none"> - Apoiar o fortalecimento Institucional do Sistema Nacional de Garantias; - Criar a primeira Sociedade de Garantia de Crédito; - Reforçar o capital, consolidando a estrutura financeira do FGC; - Captar financiamento extra-governamental. 	<ul style="list-style-type: none"> - Participar em Fóruns Internacionais com a AECM e a REMAR; - Continuar as negociações com o Banco Mundial para o aumento do capital extragovernamental (PDAC); - Cabimentar e monitorar o reforço do capital; - Finalizar e Assinar o Memorando com a AFG.
<p>2. Melhorar o Ciclo de Gestão de Garantias</p> 	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer a Análise de Risco e o <i>Scoring</i>; - Melhorar a comunicação com parceiros da banca; - Fortalecer os canais de relacionamento com os promotores; - Garantir uma solução dos processos relativos a activos recebidos em dação de crédito. 	<ul style="list-style-type: none"> - Continuar a solidificar as relações entre os CA dos Bancos e do FGC; - Regularizar os accionamentos vencidos; - Realizar um intenso programa de cobrança de comissões e capital em atraso; - Realizar investimentos em <i>software</i> para melhor gestão dos planos financeiros; - Criar a comissão para a liquidação dos bens recuperados, em forma de leilão; - Constituição das contragarantias em até 16; - Realizar intensas visitas de acompanhamento; - Automatizar os processos de cobranças e pagamento das comissões de garantias.
<p>3. Fortalecer a Diferenciação da oferta e Presença no Mercado</p> 	<ul style="list-style-type: none"> - Diferenciar a oferta do FGC; - Fortalecer a operação comercial. 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar o índice de captação de novos clientes/promotores; - Lançar o produto de microcrédito (político social) e microcrédito (Acelerar a Diversificação da Economia e Criação de empregos, em parceria com o Banco Mundial); - Melhorar o nível de acompanhamento dos projectos.
<p>4. Melhorar o Modelo de Gestão de Risco e Compliance</p> 	<ul style="list-style-type: none"> - Continuar a formar os recursos humanos necessários para a Gestão de Risco e <i>Compliance</i>; - Definir a estrutura de Reportes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Monitorar a resolução das inconformidades identificadas pela auditoria interna e externa; - Criar e Implementar processos para efeitos de <i>Due Dilligence</i>; - Aprovar o manual de <i>Compliance</i>; - Continuar a incitar contactos com o regulador para a definição dos modelos de riscos e de reporte.

Pilar	Objectivos	Iniciativas Estratégicas
<p>5. Contínuo Desenvolvimento digital</p> 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar Soluções e Mobilizar Recursos para a Transformação Digital; - Desmaterializar o Processo de Gestão de Garantias; - Melhorar a eficiência da organização através da digitalização. 	<ul style="list-style-type: none"> - Continuar a realizar investimentos em Tecnologia para a contínua automatização dos processos; - Elaborar o Plano de Continuidade de Negócio (PCN) e Plano de Recuperação de Desastres (PDR); - Implementar Solução de Cibersegurança; - Conclusão e implementação do Plano Director de Sistemas de Informação; - Realizar auditoria dos sistemas de informação (infraestruturas, sistemas, base de dados e aplicações); - Estudo e análise de robôs a implementar; - Continuar a automatizar processos de negócios.
<p>6. Reforçar a Cultura Organizacional e Comunicação Institucional</p> 	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer a cultura organizacional do FGC; - Reforçar a comunicação institucional; - Fortalecer relações institucionais internacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar a monitorização das visitas ao <i>Website</i>; - Implementar o Plano de Comunicação Institucional e Imprensa; - Elaborar inquérito trimestral de satisfação dos colaboradores; - Melhorar o acompanhamento da implementação trimestral do plano anual de formação dos colaboradores.

Tabela 7 - Metas alcançadas

Pilar	Metas dos pilares 2023
1. Apoiar o Fortalecimento Institucional do Sistema Nacional de Garantias	<ul style="list-style-type: none"> - No ano corrente, o FGC beneficiou de uma capitalização de 50 mil milhões de Kwanzas para alavancagem das garantias; - Estão em curso negociações com o Banco Mundial, visando a operacionalização do Diversifica + no primeiro trimestre de 2024.
2. Melhorar o Ciclo de Gestão de Garantias	<ul style="list-style-type: none"> - Os assessores do Conselho de Administração, representaram a nossa instituição em reuniões de carácter decisivo e em eventos de grande relevância para a imagem institucional; - O FGC participou na Feira Internacional de Luanda, participou em feiras provinciais, e em diversas reuniões de acompanhamento e recuperação de crédito; - Foram realizados vários fóruns, com participação dos bancos, em diversas províncias, nomeadamente Namibe, Benguela e Zaire; - Houve um incremento no número de visitas, tanto de acompanhamento como de recuperação de crédito.
3. Fortalecer a Diferenciação da oferta e Presença no Mercado	<ul style="list-style-type: none"> - O FGC reforçou a participação no mercado das garantias em Angola, tendo sido prestadas mais de 850 Garantias e mais 118 Pré-Garantias; - Lançamento da linha LAPS, sendo uma garantia automática, capacitação e aumento do pessoal para o acompanhamento.
4. Melhorar o Modelo de Gestão de Risco e Compliance	<ul style="list-style-type: none"> - Foram admitidos novos colaboradores no âmbito da estratégia de reforço das áreas de risco e Compliance.
5. Contínuo Desenvolvimento digital	<ul style="list-style-type: none"> - Relativamente aos objectivos definidos no campo das TIC's, a DTI marcou passos significativos na consolidação da implementação do <i>Disaster Recovery</i>; - A DTI deu início ao programa de formação dos colaboradores, visando a capacitação dos utilizadores da aplicação informática SAP.
6. Reforçar a Cultura Organizacional e Comunicação Institucional	<ul style="list-style-type: none"> - Foram implementadas actividades semestrais de <i>team building</i>; - Foi efectuado um <i>assessment</i> de necessidade de desenvolvimento de <i>soft skills</i> e competências digitais junto dos colaboradores; - Em 2023 deu-se início aos trabalhos de elaboração do Manual de Cultura Organizacional do FGC; - Foi analisado junto dos colaboradores, os factores identificados para satisfação no trabalho (flexibilidade horária, bom ambiente físico, formação, seguro de saúde).



Plano Estratégico: visão para 2024-2027

Ciente de cada vez maior responsabilidade do FGC em apoiar o desenvolvimento do tecido económico nacional e de promover uma maior dinâmica da economia angolana, conjugado com o contexto macroeconómico desafiante, o Fundo iniciou, ainda no quarto trimestre de 2023, um exercício de reflexão e actualização do Plano Estratégico para o período 2024-2027, o qual se encontra ainda em fase final de análise de aprovação.

Este exercício de reflexão foi efectuado no quadro de uma análise de diversos factores relevantes para o FGC e envolverá também uma adequação da missão, visão e valores do Fundo, actualizando-os para uma abordagem mais consistente com o momento actual da instituição e com o contexto externo em que a mesma opera.

O Fundo de Garantia de Crédito pretende ser um parceiro de referência das Instituições Financeiras nacionais e internacionais, assumindo um papel de cada vez maior relevância e liderança na evolução e fomento do Sistema Nacional de Garantias no quadro da promoção de dois vectores críticos:

- Apoiar o **desenvolvimento económico liderado pelo sector privado**, com foco no segmento das micro, pequenas empresas, cooperativas e pequenos produtores; e
- Ser um agente **promotor da segurança alimentar nacional**, com enfoque no apoio aos sectores produtivos da economia nacional.

A conduta ética em todos os processos e o rigor nas actividades como base para uma imagem credível e de transparência serão valores primordiais para o FGC, complementados pela certeza de que os desafios actuais requerem um foco na inovação enquanto elemento diferenciador para maior eficiência futura na nossa actividade.

Neste contexto, o Fundo pretende atingir um conjunto de metas, norteadas por uma forte ambição de crescimento ao longo dos próximos anos:

- **Capital Humano e Cultura Organizacional:** reforço de conhecimento técnico e valorização contínua dos colaboradores evoluindo a cultura, promovendo o mérito, compromisso e motivação na prossecução de objectivos.
- **Dinamização e Diferenciação da Oferta:** expansão da oferta de produtos com uma actuação que complemente o posicionamento da actividade do FGC face aos programas do Executivo e às necessidades evidenciadas pelos promotores nacionais com presença física mais próxima (com representações físicas nas várias províncias nacionais).
- **Parcerias Estratégicas e Financiamento extra-governamental:** assegurar uma menor dependência do financiamento do Estado e aumentar o número de parcerias estratégicas com instituições similares. O FGC ambiciona ser uma entidade de referência no processo de colateralização de crédito.
- **Modelo Operativo e Tecnologia:** maior simplificação e eficiência de processos e responsabilidades, definição de níveis de serviço (SLAs). O FGC pretende assegurar um adequado investimento em iniciativas de optimização e de plataformas tecnológicas que contribuam para o aumento da eficiência, digitalização e rentabilidade futura do negócio.

O FGC irá assegurar uma adequada divulgação das principais conclusões e vectores do exercício de reflexão e de actualização do seu Plano Estratégico para 2024-2027, logo que o mesmo esteja devidamente avaliado, revisto e aprovado pelos seus órgãos de gestão.

Descrição da Actividade

Garantias Emitidas e Financiamentos (2012 - 2023)

As garantias públicas foram emitidas ao abrigo dos seguintes programas:

- **Programa Angola Investe (PAI)** – programa do Executivo angolano, gerido pelo Ministério da Economia e Planeamento, destinado ao fomento e fortalecimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas nacionais, que esteve em vigor entre 2012 e 2019. O PAI, embora descontinuado desde 31 de Outubro de 2019, tem ainda várias garantias vivas;
- **Garantias de Apoio à Produção (GAP)** - prevê a emissão de garantias ao abrigo dos programas públicos e do BNA (Avisos n.º 10/20, com atualizações no Aviso n.º10/22), nas melhores condições possíveis, tais como; i) emissão de Garantias Directas, ii) estreitamento da relação com a banca comercial, e iii) reforço das capacidades de interacção e avaliação qualitativa e quantitativa das solicitações de garantias públicas;
- **Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial (PDAC)** – este programa foi criado pelo Ministério da Agricultura e Pescas (MINAGRIP), com financiamento do Banco Mundial (BM) e da AFD (Agência Francesa de Desenvolvimento). Tem como objectivo desenvolver e fortificar o sector empresarial agrícola com o aumento da produtividade e acesso aos mercados de agricultores individuais organizados (cooperativas, associações), Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME's) do sector do agronegócio, com ênfase na inclusão de projectos com mulheres e jovens de áreas rurais;
- **Linha de Apoio aos Projectos Sustentáveis (LAPS)** – Prevê a emissão de garantias automáticas, até 200 milhões de kwanzas, visando estimular os micros, pequenos e médios negócios e fomentar o processo de inclusão financeira e reconversão da economia informal. São elegíveis nesta linha os sectores/produtos ao abrigo do Aviso n.º 10/2020 e outros de apoio ao sector produtivo.

No âmbito das Garantias Públicas, até ao ano de 2023, o FGC contabilizou um total de 968 garantias emitidas, com um valor global da carteira de garantias de mAOA 498 039 639, perfazendo um total de financiamentos aprovados de mAOA 815 656 872. Do total das garantias emitidas, 850 correspondem às garantias efectivas aprovadas pelos bancos e 118 representam pré-garantias.

Tabela 8 – Principais- Variações da Carteira de Garantia (valores acumulados)

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

Principais indicadores	2021	2022	2023	Variação	
				Absoluta	Relativa
Garantias	252 140 000	313 895 000	498 039 639	184 144 639	58,66%
Financiamentos	411 251 000	517 488 000	815 656 872	298 168 872	57,62%

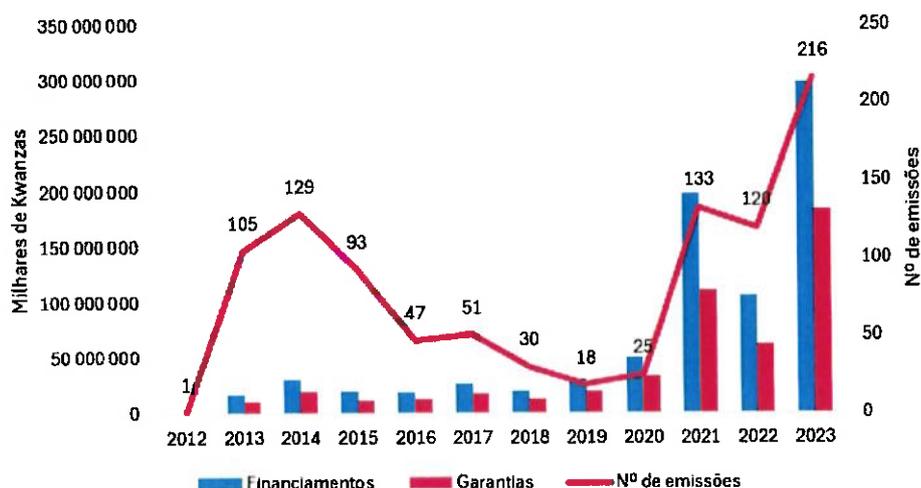
N.º de Garantias Emitidas

Principais indicadores	2021	2022	2023	Variação	
				Absoluta	Relativa
Nº de emissões	632	752	968	216	28,7%

Evolução das Garantias Emitidas por Ano

Em 2023, foram emitidas um total de 216 garantias públicas, o que representa um crescimento de 80% face ao período homólogo. O gráfico abaixo demonstra que 2023 foi o ano com o maior número de garantias públicas emitidas.

Gráfico 3 - Evolução das garantias emitidas por ano



Garantias Emitidas e Financiamentos por Programas (valores acumulados)

Na tabela abaixo, apresentamos o número de garantias emitidas, por programa, e os valores acumulados associados aos mesmos, sendo o PAI o programa com maior número de garantias públicas emitidas, com um total de 474 garantias, e o GAP que apresenta um montante acumulado de garantias emitidas mais elevado, no montante total de mAOA 377 682 829.

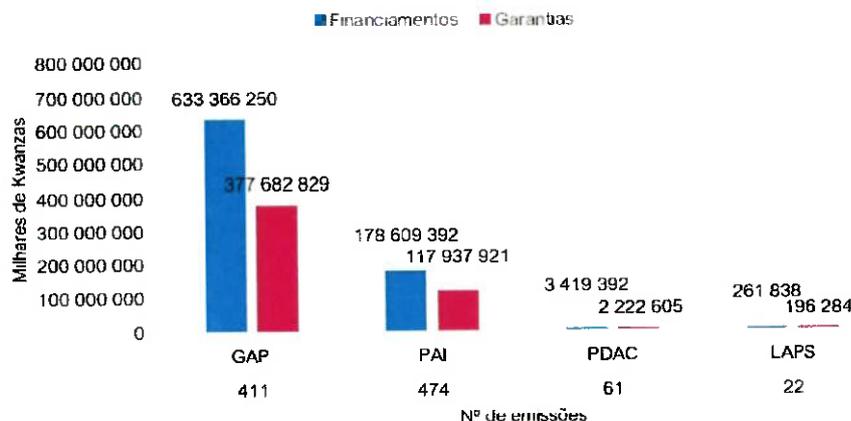
Tabela 9 - Distribuição das garantias emitidas e financiamentos por programa (valores acumulados)

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

Programa	Nº de emissões	Garantias	Peso	Financiamentos	Peso	Nº de emissões vivas	Garantias vivas
GAP	411	377 682 829	75,8%	633 366 250	77,7%	226	112 341 810
PAI	474	117 937 921	23,7%	178 609 392	21,9%	195	54 026 282
PDAC	61	2 222 605	0,4%	3 419 392	0,4%	41	1 124 301
LAPS	22	196 284	0,04%	261 838	0,03%	-	80
Total	968	498 039 639	100%	815 656 872	100%	462	167 492 473



Gráfico 4 - Carteira global de garantia por programa (valores acumulados)



Garantias Emitidas e Financiamentos por Província (valores acumulados)

Quanto à distribuição das garantias emitidas e financiamentos por província, em valores acumulados, verificamos que a província de Luanda é a que apresenta maior relevância, seguido da província de Benguela, Cuanza-Sul e Huíla.

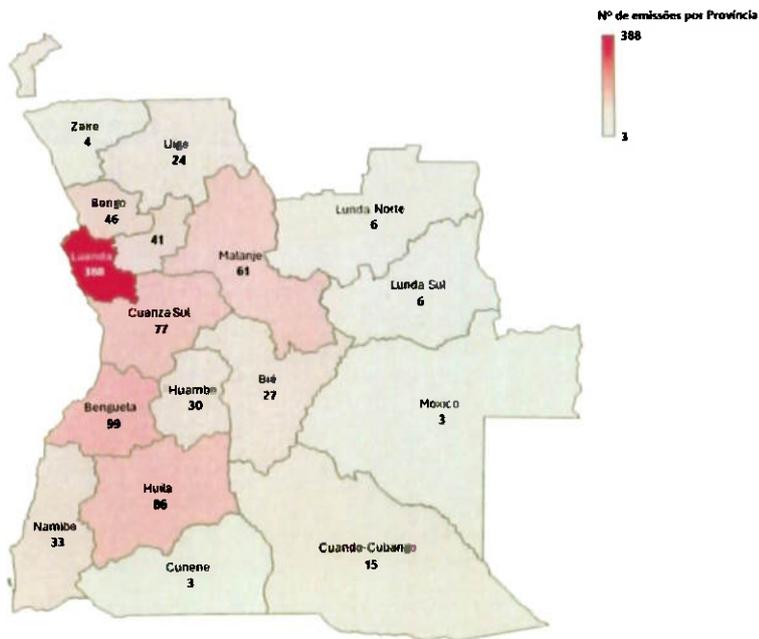
Tabela 10 - Distribuição das garantias emitidas e financiamentos por província (valores acumulados)

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

Província	Nº de emissões	Garantias	Financiamentos	Nº de emissões vivas	Garantias vivas
Luanda	388	229 504 118	363 658 881	172	77 712 798
Benguela	99	69 478 471	141 567 623	36	17 305 977
Cuanza - Sul	86	55 263 728	85 756 122	39	12 298 456
Huíla	77	37 878 503	65 074 831	46	20 986 391
Bengo	61	16 020 083	27 572 668	41	6 125 533
Malanje	41	16 988 327	23 878 557	19	6 757 320
Cuanza - Norte	46	15 346 796	22 721 366	25	6 950 402
Namibe	24	12 686 894	18 050 022	11	3 069 326
Huambo	30	11 566 381	16 106 147	15	5 498 336
Bié	15	10 811 737	18 740 730	7	2 599 475
Uíge	27	7 261 083	10 469 393	15	3 765 667
Cuando - Cubango	6	6 284 816	9 305 087	1	557 120
Cabinda	19	2 563 355	3 847 060	7	1 595 192
Lunda - Sul	6	2 270 360	3 240 534	4	1 976 674
Lunda - Norte	3	2 166 313	2 892 417	-	-
Zaire	33	1 727 993	2 441 997	23	289 944
Cunene	3	163 684	233 835	1	3 784
Moxico	4	57 000	99 600	-	-
Total	968	498 039 639	815 656 872	462	167 492 393



Figura 2 - Distribuição do número de garantias emitidas e financiamentos por província



Garantias Emitidas e Financiamentos por Bancos (valores acumulados)

Os bancos com montantes garantidos (valores acumulados) mais elevados são o BIC, BCGA, BMA e BFA, representando 49% do montante total das garantias emitidas.

Tabela 11 - Distribuição das garantias emitidas e financiamentos por bancos (valores acumulados)

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

Banco	Nº de emissões	Garantias	Financiamentos	Nº de emissões vivas	Garantias vivas
Aprovados FGC	118	156 220 800	255 645 622	-	-
BIC	138	140 551 823	246 415 488	93	79 779 552
BCGA	123	44 866 925	61 819 483	70	23 957 445
BMA	185	32 066 248	50 575 565	57	10 006 588
BFA	112	28 450 558	47 324 169	52	13 131 539
BAI	96	16 582 072	27 010 559	75	8 048 642
BE	41	24 681 594	39 597 311	25	12 223 843
BSol	35	9 103 927	13 889 875	26	4 262 590
BCI	32	8 749 066	13 786 313	13	5 339 557
KEVE	23	14 365 164	21 922 978	11	7 689 710
BPC	20	3 567 868	6 456 481	13	1 020 606
BCS	16	5 357 996	7 143 995	12	738 411
BNI	10	8 039 586	16 312 490	3	278 970
BANC	6	740 431	1 209 857	5	423 238
BIR	6	729 058	1 041 512	5	285 599
BDA	2	2 477 057	3 422 190	-	-
FINI	2	438 119	625 884	1	242 667
Valor	1	580 720	829 600	1	63 436
YETU	1	450 000	600 000	-	-
BCA	1	20 625	27 500	-	-
Total	968	498 039 639	815 656 872	462	167 492 393

28

Garantias Emitidas e Financiamentos por Sector de Actividade (valores acumulados)

Na distribuição das garantias emitidas e financiamentos por sector de actividade, em valores acumulados, verifica-se a predominância do sector da Indústria Transformadora, Geologia e Minas e Agricultura, com um peso de 42% e 23% do montante total de garantias emitidas.

Tabela 12 - Distribuição das garantias emitidas e financiamentos por sector de actividade (valores acumulados)

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

Sector de Actividade	Nº de emissões	Garantias	Peso	Financiamentos	Peso	Nº de emissões vivas	Garantias vivas
Indústria Transformadora, geologia e minas	350	208 321 159	42%	331 896 939	41%	128	31 028 352
Agricultura	259	115 087 721	23%	181 531 655	22%	83	20 177 107
Pecuária	102	52 876 392	11%	85 645 698	11%	164	74 785 641
Pescas	154	69 121 558	14%	141 027 322	17%	44	22 033 798
Serviços de apoio ao sector produtivo	68	35 385 173	7%	50 239 972	6%	29	14 448 622
Materiais de construção	35	17 247 634	3%	25 315 285	3%	14	5 018 873
Total	968	498 039 639	100%	815 656 872	100%	462	167 492 393

Garantias Vivas Acumuladas (2012-2023)

No final de 2023, o saldo da carteira de garantias situava-se em mAOA 167 492 710, correspondendo a 462 garantias.

Tabela 13 - Principais variações da Carteira de Garantias vivas

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

Principais indicadores	2021	2022	2023	Variação	
				Absoluta	Relativa
Garantias vivas	122 148 464	167 252 487	167 492 710	240 223	0,14%

29

Principais indicadores	2021	2022	2023	Variação		N.º de Garantias vivas
				Absoluta	Relativa	
Nº de emissões vivas	423	473	462	-11	-2,33%	

Garantias Emitidas e Financiamentos (31.12.2023)

Durante o exercício de 2023, foram emitidas 216 garantias públicas, no montante total de mAOA 184 154 968, que permitiu viabilizar um financiamento na ordem dos mAOA 298 471 157. Destas garantias, 118 representam pré-garantias aprovadas pelo FGC, no montante de mAOA 156 220 800, que resultou num financiamento de mAOA 255 645 622.

A tabela abaixo apresenta as garantias emitidas e os financiamentos por programa, verificando-se que a GAP- Garantias de Apoio à Produção é o programa com maior número de garantias públicas emitidas em 2023, num total de 175 garantias emitidas, das quais 118 representam pré-garantias aprovadas pelo FGC.

Tabela 14 - Garantias Emitidas e Financiamentos por Programa, em 2023

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

Programa	Nº de emissões	Garantias	Financiamentos	Nº de emissões vivas	Garantias vivas
GAP	175	183 261 567	296 970 674	33	5 530 970
PAI	-	-206 170	-151 028	1	25 113
PDAC	19	903 287	1 389 673	10	379 685
LAPS	22	196 284	261 838	-	80
Total	216	184 154 968	298 471 157	44	5 935 848

Garantias Emitidas e Financiamentos por Província em 2023

Na tabela abaixo, apresentamos o número de garantias emitidas e financiamentos aprovados em 2023, por província, e os valores associados às mesmas. Tal como verificado e referido na análise por valores acumulados, Luanda continua a ser a província com maior predominância, apresentando um montante total de garantias emitidas, em 2023, de mAOA 78 816 077, com um peso de 43% sobre o montante total de garantias emitidas.

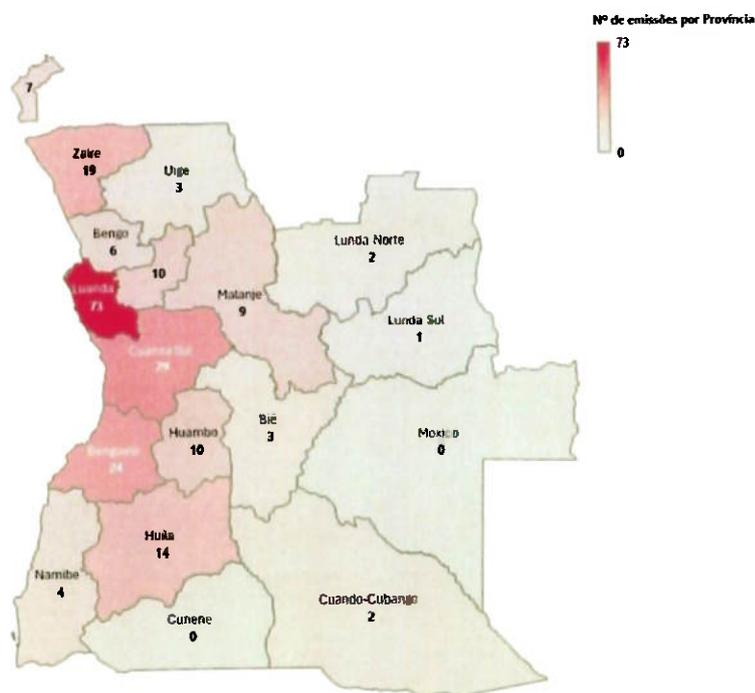
Tabela 15 - Garantias emitidas e financiamentos por província, em 2023

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	Nº de emissões	Garantias	Financiamentos	Nº de emissões vivas	Garantias vivas
Luanda	73	78 816 077	117 899 178	10	2 485 599
Cuanza - Sul	29	27 121 629	42 203 760	5	716 052
Benguela	24	32 378 429	69 976 081	2	41 591
Zaire	19	593 735	790 647	13	40 002
Huíla	14	5 937 539	8 866 285	5	263 965
Cuanza - Norte	10	5 077 290	7 840 521	2	301 399
Huambo	10	4 562 372	6 101 255	4	96 564
Malanje	9	6 217 801	8 602 982	1	20 424
Cabinda	7	25 536	31 920	-	-
Bengo	6	5 034 662	11 174 763	-	-
Namibe	4	3 720 350	5 123 968	-	-
Bié	3	4 113 497	5 780 511	-	-
Uíge	3	3 614 907	4 824 428	2	1 970 173
Quando - Cubango	2	4 762 500	6 350 000	-	-
Lunda - Norte	2	2 124 313	2 832 417	-	-
Lunda - Sul	1	54 331	72 442	-	-
	216	184 154 968	298 471 157	44	5 935 768

O mapa abaixo apresenta o número de garantias emitidas por província, sendo Luanda a que mais beneficiou, com um total de 73 garantias emitidas, seguida pela província de Cuanza- Sul, com 29 emissões, e Benguela, com 24 garantias emitidas.

Figura 3 - Número de garantias emitidas por província, em 2023



Garantias Emitidas e Financiamentos Por Bancos em 2023

Na tabela abaixo, apresentamos o número de garantias emitidas e financiamentos por bancos, em 2023, e os valores monetários associados, em que é possível verificar que os bancos BIC e Banco Caixa Geral Angola (BCGA) foram os que mais concederam financiamento aos projectos, com um montante de mAOA22 545 509 e 11 501 943, representando 8% e 4%, respectivamente. Por outro lado, o Banco Económico (BE) e o Banco KEVE apresentam os menores valores.

Tabela 16 - Distribuição das garantias emitidas e financiamentos por bancos, em 2023

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

Banco	Nº de emissões	Garantias	Financiamentos	Nº de emissões vivas	Garantias vivas
Aprovados FGC	118	156 220 800	255 645 622	-	-
BIC	16	13 979 915	22 545 509	5	1 856 892
BCGA	42	7 744 895	11 501 943	14	3 284 884
BMA	16	-46 303	6 092	13	44 989
BFA	11	634 972	949 188	5	210 101
BAI	6	2 039 820	2 924 847	3	274 090
BE	0	42 187	60 267	1	25 113
BSol	1	498 750	665 000	1	166 250
KEVE	1	18 750	25 000	1	17 188
BCS	1	73 500	98 000	1	56 262
YETU	1	450 000	600 000	-	-
BCA	1	20 625	27 500	-	-
BDA	2	2 477 057	3 422 190	-	-
Total	216	184 154 968	298 471 157	44	5 935 768



A representação gráfica abaixo, mostra os valores das garantias vivas por banco, em quantidade, até à data de 31 de Dezembro de 2023. O Banco Caixa Geral Angola (BCGA) apresenta o maior valor de garantias vivas, enquanto o menor valor é apresentado pelo Banco Keve.

Gráfico 6 - Garantias vivas acumuladas por Bancos em 2023



Garantias Emitidas e Financiamentos por Sector de Actividade em 2023

A Agricultura foi o sector que mais beneficiou, em número, de garantias emitidas. No entanto, os sectores da Indústria Transformadora, Geologia e Minas, com o valor de mAOA 63 368 533, foram os sectores que receberam a maior parte dos valores de garantias emitidas. Por outro lado, o sector de Material de Construção foi o com o menor valor emitido, no montante correspondente a mAOA 4 445 975 .

Tabela 17 - Garantias Emitidas por Sector de Actividade em 2023

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

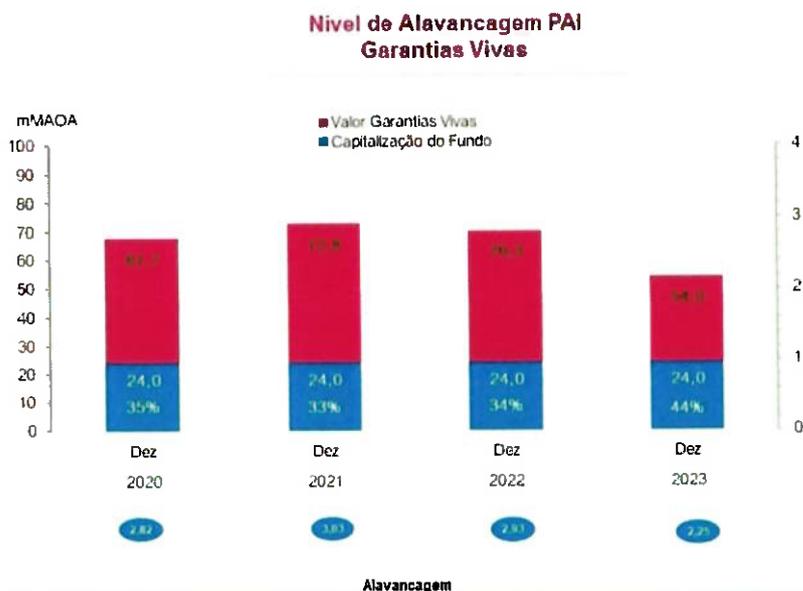
Sector de Actividade	Nº de emissões	Garantias	Financiamentos	Nº de emissões vivas	Garantias vivas
Agricultura	74	54 664 683	86 162 010	14	1 969 229
Pescas	57	32 267 479	69 466 350	14	143 835
Indústria Transformadora, geologia e minas	55	63 368 533	95 213 805	14	3 368 938
Pecuária	14	14 350 947	21 132 087	2	453 766
Serviços de apoio ao sector produtivo	15	15 057 351	20 568 939	0	0
Material de construção	1	4 445 975	5 927 966	0	0
Total	216	184 154 968	298 471 157	44	5 935 768



Nível de Alavancagem Garantias Vivas

Para o nível de alavancagem, em 2023, foram consideradas apenas as linhas de financiamento, designadamente: i) as linhas de Garantias de Apoio à Produção (GAP), ii) o Programa Angola Investe (PAI), e iii) Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial (PDAC).

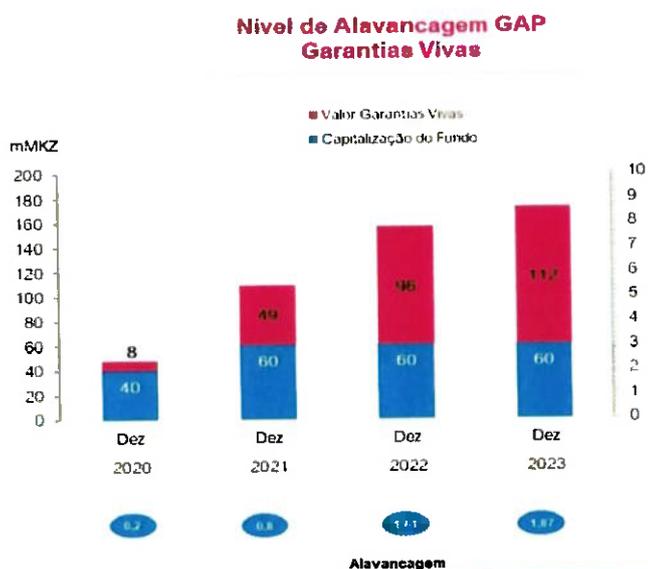
Gráfico 5 - Nível de Alavancagem Garantias Vivas – PAI



O Programa prevê Alavancagem de 5x a Capitalização do Fundo

Para o PAI, prevê -se uma alavancagem na ordem de 5 vezes da capitalização, verificando-se que, em 2023, o valor da alavancagem ficou em 2,41.

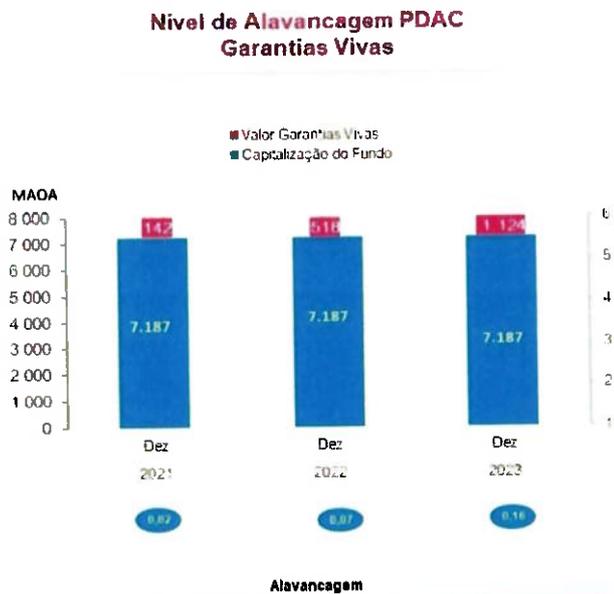
Gráfico 6- Nível de Alavancagem Garantias Vivas - GAP



O Programa prevê Alavancagem de 3,5x a Capitalização do Fundo

Para a GAP, prevê-se uma alavancagem na ordem de 3,5 vezes da capitalização, verificando-se que, em 2023, o valor da alavancagem ficou abaixo de 1,87.

Gráfico 7 - Nível de Alavancagem Garantias Vivas - PDAC



O Programa prevê Alavancagem de 2,5x a Capitalização do Fundo

Para o PDAC, prevê-se uma alavancagem na ordem de 2,5 vezes da capitalização, verificando-se que, em 2023, o valor da alavancagem ficou em cerca de 0,16 vezes.



Desempenho financeiro

No final de 2023, o FGC alcançou um resultado líquido positivo de mAOA 6 458 029, que contrasta com o resultado líquido negativo registado em 2021 e 2022.

A margem financeira ascendeu a mAOA 25 298 535, registando um aumento de mAOA 23 539 956 face ao período homólogo, como resultado, por um lado, do aumento verificado nos proveitos com os juros de aplicações de liquidez e das Obrigações do Tesouro, e, por outro, da redução da rubrica "Perdas Cambiais na Reavaliação de Activos (Aplicações de liquidez)". Em 31 de Dezembro de 2022, o saldo correspondia a variações cambiais negativas realizadas e não realizadas nas aplicações em moeda estrangeira junto dos bancos comerciais residentes.

Os custos administrativos e de comercialização, suportados no exercício de 2023, totalizaram mAOA 8 669 358, traduzindo-se num aumento de cerca de 53% face ao exercício anterior, dos quais parte são referentes a custos com pessoal, a fornecimentos de terceiros e impostos e a taxas não incidentes sobre o resultado. O rácio *cost-to-income* atingiu 2,99%, 5,8 p.p. abaixo dos 8,76% verificados no final do ano anterior.

No que se refere à situação patrimonial do Fundo, a evolução global do balanço ficou marcada pelo aumento do activo líquido em 38% e do passivo em 2% face ao Dezembro de 2022.

O aumento no activo no montante total de mAOA 58 226 345 decorre, essencialmente, da emissão das Obrigações do Tesouro para reforço do capital do Fundo, num total de mAOA 50 000 000, em particular para dinamização do novo programa LAPS e para reforço das demais linhas já existentes. Em 31 de Dezembro de 2023, o valor das Obrigações do Tesouro passou de mAOA 69 816 470 para mAOA 87 500 431, devido à venda de títulos do BMA, no montante de mAOA 20 000 000, e da subsequentemente capitalização do Fundo.

Neste contexto, os fundos próprios do FGC ascenderam a mAOA 148 358 097, verificando-se um aumento de 63% face ao período homólogo.

Esta evolução, conjugada com a evolução favorável no resultado líquido, conduziu a um aumento de 21,76 p.p. na rentabilidade de capitais próprios (ROAE), de 15,67% negativo, em Dezembro 2022, para 6,13% em Dezembro de 2023.

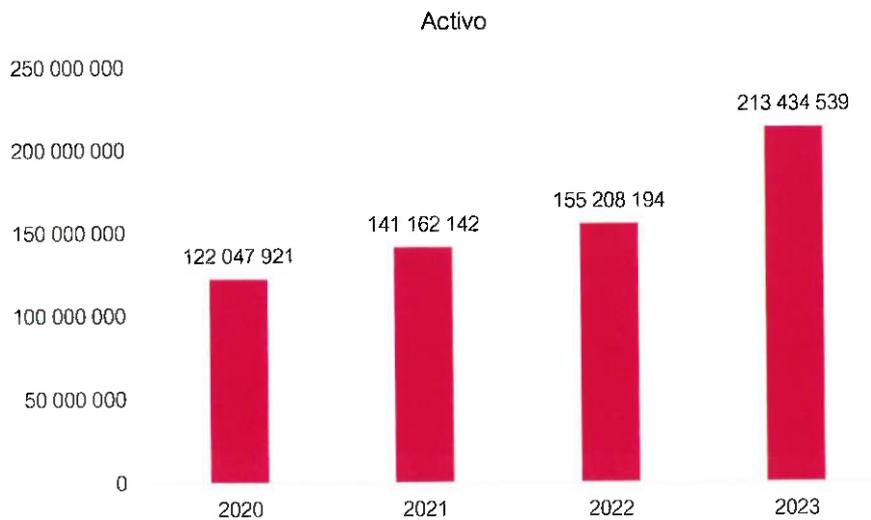
No que se refere ao passivo, importa destacar o aumento na rubrica de "Provisões para Encargos Fiscais a Pagar-Diferido", que corresponde aos valores apurados resultantes de Variações Cambiais das Aplicações de Liquidez, realizadas em 2022.

De referir, também, que, das responsabilidades extrapatrimoniais, as garantias prestadas foram de mAOA 167 492 393, não tendo sofrido alterações materiais face ao período homólogo.

Os compromissos assumidos representam a parte das garantias emitidas, cujos financiamentos não tenham sido desembolsados pelos Bancos aos Clientes. Em 2023, o Fundo registou compromissos assumidos na ordem dos mAOA 63 289 195, verificando-se uma redução de mAOA 2 272 860 face a 2022.

Os gráficos seguintes ilustram o comportamento dos principais indicadores do FGC entre 2020 e 2023 como seja: i) activo total, ii) passivo total, iii) resultado líquido e iv) fundos próprios.

Gráfico 8 - Activo em milhares de Kwanzas



36

Gráfico 9 - Passivo em milhares de Kwanzas

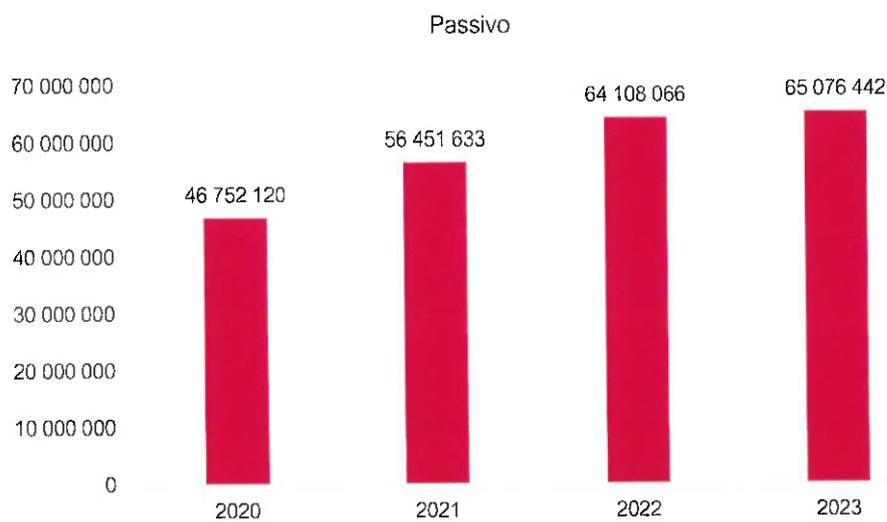


Gráfico 10 - Fundos Próprios em milhares de Kwanzas

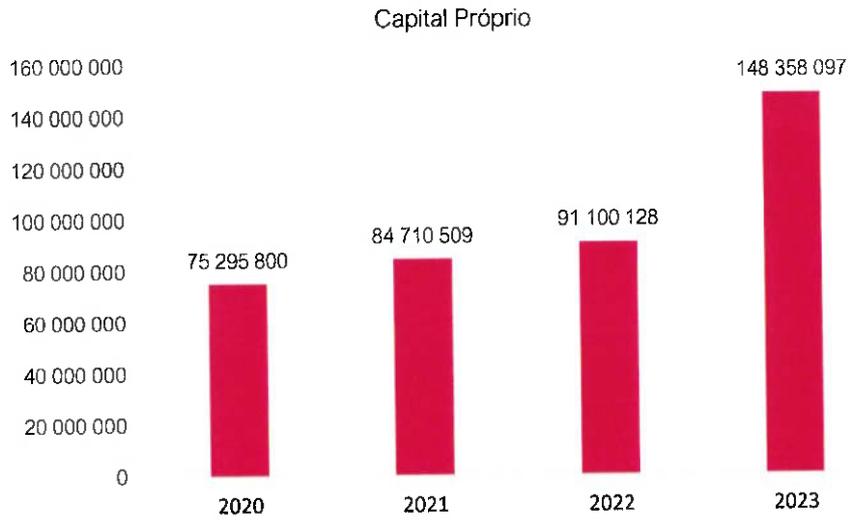
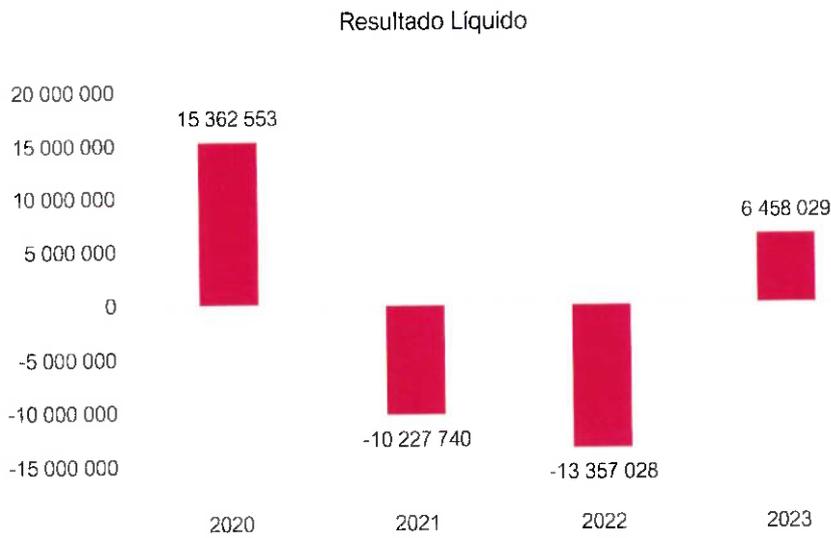


Gráfico 11 - Resultados líquidos em milhares de Kwanzas



Colaboradores

O Fundo de Garantia de Crédito considera a gestão dos seus recursos humanos como uma variável crítica para o sucesso da organização, num contexto cada vez mais exigente em matéria de enquadramento regulamentar e de uma ambição sólida de crescimento futuro.

Os colaboradores do FGC estão sujeitos ao regime de contrato de trabalho previsto na Lei Geral do Trabalho, não sendo assim aplicável o regime jurídico dos funcionários públicos. Em 31 de Dezembro de 2023, o quadro de colaboradores do FGC ascendeu a 149, registando um aumento de 35 colaboradores face ao exercício homólogo. No que se refere à distribuição dos colaboradores do FGC, por género, 55 são do sexo feminino e 94 são do sexo masculino, verificando-se um aumento da proporção de colaboradores do sexo feminino, a qual passou de 36% em 2022 para 37% em 2023.

Relativamente às habilitações literárias, em 31 de Dezembro de 2023, o quadro de colaboradores do FGC era constituído por 37 técnicos com formação média, 105 licenciados e 7 com grau de mestre, pelo que 75% dos colaboradores tinham formação superior (licenciatura ou mestrado), o que representa um aumento de 9% quando comparado com o exercício anterior.

38

Gráfico 12 - Nível de escolaridade dos colaboradores do FGC

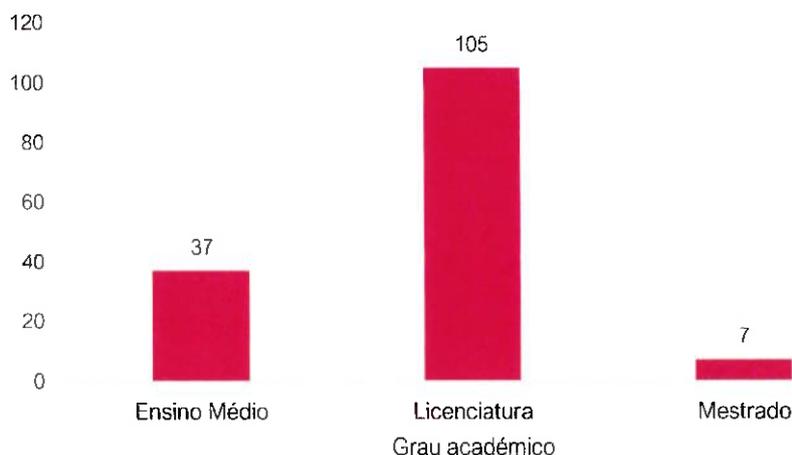
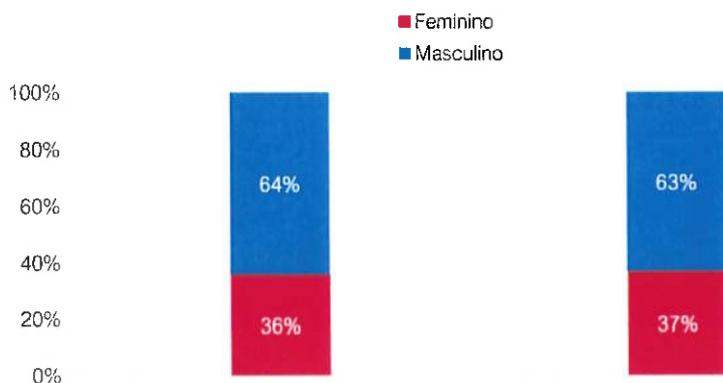


Gráfico 13 - Género dos colaboradores FGC em percentagem



Responsabilidade Social

O FGC tem mantido um compromisso de contribuir para a criação de valor económico, não só na persecução da sua missão de apoio às empresas e a outras entidades, facilitando o acesso ao financiamento, mas, também, com acções de responsabilidade social.



A referida campanha realizou-se em alusão ao 11º aniversário do FGC, e consistiu na plantação de árvores na Rotunda Samora Machel (sentido Ponte Molhada/Bela Shopping). Esta acção contou com a participação do Presidente do Conselho de Administração do FGC, Luzayadio Simba,



Em 2023, foi cabimentado e aprovado uma verba destinada a acções de Responsabilidade Social, que se materializou em forma de uma campanha de arborização, em parceria com a Administração do Distrito Urbano de Talatona e a Associação dos Escuteiros.



da então administradora, Felisbela Francisco, do administrador Eduardo Mohamed Katalahary, assim como do administrador municipal de Talatona, Rui Duarte, da administradora do Distrito de Talatona e de colaboradores do FGC.



Cultura Organizacional

A Cultura Organizacional que existe no FGC coincide com o Plano Estratégico traçado inicialmente, onde admitimos que os nossos colaboradores são a verdadeira alavanca do sucesso da Organização. Os nossos



colaboradores sentem-se uma peça

essencial e integrante da instituição, comprometendo-se em atingir os objectivos partilhados. Para o ano de 2023, o FGC realizou actividade de *team building*, com o objectivo de reforçar a sua Cultura



Organizacional.



As actividades de *team building* estimulam a motivação e o entusiasmo dos colaboradores com o seu ambiente de trabalho. Quando os funcionários se sentem

Em suma, a realização desta actividade de *team building* foi devidamente enquadrada no Pilar 6 - Reforçar a Cultura



parte de uma equipa unida, estão mais dispostos a depositar o seu foco para atingir metas e superar desafios.

Organizacional e Comunicação Institucional do Plano Estratégico vigente em 2023.

Eventos

Em 2023, o FGC retomou de forma mais efectiva a sua presença em eventos e fóruns para activação da marca, estabelecendo o início de parcerias estratégicas, para o alcance dos objectivos preconizados.

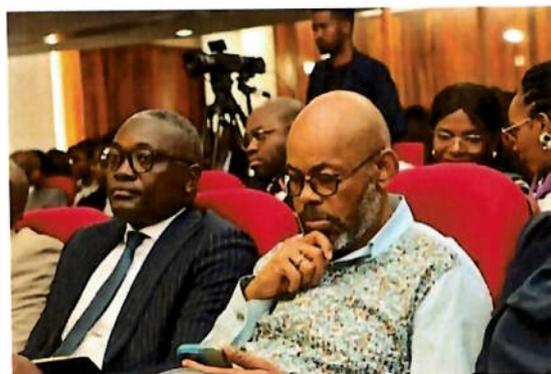


Abertura da 1ª Agência Regional do Lobito

A Agência do Lobito é a primeira de um conjunto de cinco representações regionais do Fundo de Garantia de Crédito, a ser instalado, igualmente, nas províncias de Luanda, Huíla, Cabinda e Lunda-Sul, no quadro do programa de expansão e aproximação dos serviços da instituição financeira não bancária aos promotores. O corte da fita coube ao PCA do FGC e ao administrador do Lobito, Evaristo Kalopa Mário, que esteve em representação do Governo de Benguela.



O FGC melhorou a comunicação interna e externa, para promover e divulgar as mais diversas actividades da Instituição. Desta forma, destacam -se os seguintes eventos:



Fórum do Namibe

O FGC e o Governo do Namibe realizaram, no mês de Outubro, um Fórum Provincial de Garantia e Crédito. Fez-se presente o Governador Archer Mangureira, a Vice-governadora para os Serviços Técnicos e Infraestruturas, Ema Samali da Silva, e outros membros do Governo Provincial, enquanto que a equipa do FGC foi liderada pelo PCA, Luzayadio Simba, acompanhado do Administrador para Área de Negócios, Eduardo Katalahary Mohamed, e demais responsáveis da Instituição.



Fórum do Zaire

O Fundo de Garantia de Crédito e o Governo Provincial do Zaire realizaram, em Dezembro, no município de Mbanza Kongo, um fórum para promover junto dos micro, pequenos e médios empresários os mecanismos de acesso ao financiamento, no âmbito dos programas de fomento à economia disponibilizados pelo Executivo angolano. A abertura da actividade foi feita pelo governador provincial do Zaire, Adriano Mendes de Carvalho, após uma breve intervenção do presidente do Conselho de Administração do FGC.



Participação Expo-Indústria

O FGC esteve entre os cinco melhores expositores que participaram, de 29 de Março a 1 de Abril, na 5ª edição da Expo-Indústria, realizada na Zona Económica Especial (ZEE) Luanda-Bengo.

O FGC atendeu as micro, pequenas e médias empresas, os empreendedores singulares e o público em geral com informações relevantes sobre as garantias públicas.

A feira de negócios, que contou com a participação de 238 expositores, juntou, entre vários sectores, a Indústria de Transformação, Engenharia e Construção Civil, bem como Indústria Alimentar e o Agronegócio.

Feira Internacional de Luanda (FILDA)

O FGC marcou presença na maior mostra de negócios de Angola, a 38ª Edição da Feira Internacional de Luanda – FILDA 2023, sob o lema "Economia Digital: A Nova Fronteira para a Economia Mundial", o evento contou com mais de mil expositores nacionais e internacionais.

Na habitual gala "Leões de Ouro", em que premiaram as melhores participações no evento, foi atribuída a menção honrosa Platina ao FGC, pelo seu contributo por ocasião da realização da maior mostra de negócio.



Participação Expo-Huíla

O Fundo de Garantia de Crédito esteve presente na 30ª Edição da Expo-Huíla, uma feira que contou com a participação de mais de 300 expositores dos sectores da Agropecuária, Comércio e Indústria. A Feira, aberta pelo governador da Huíla, Nuno Mahapi, contou com a presença do Conselho de Administração do FGC. A Expo-Huíla, atraiu expositores estrangeiros, com realce para empresários namibianos, sul-africanos, portugueses e brasileiros.



Participação no Fórum Angola-China

O Presidente do Conselho de Administração do FGC, Luzayadio Simba, participou, no Fórum de Negócios Angola-China "FONAC 2023", que decorreu no CCTA-Centro de Convenções Talatona, em Luanda. Sob o lema "40 Anos de Cooperação e Relações Bilaterais", o fórum foi aberto pelo Ministro de Estado para Coordenação Económica, José de Lima Massano.



Participação SME Finance, Mumbai - Índia

A delegação do Fundo de Garantia de Crédito, que participou no Fórum Internacional de Finanças, em Mumbai, Índia, encetou uma série de contactos para estreitar laços de cooperação com instituições homólogas de outros países. Criar condições para o empresariado nacional no acesso ao crédito, é um dos principais objectivos.



Participação no 2º Fórum de negócio Angola – União Europeia

Uma equipa do Fundo de Garantia de Crédito, encabeçada pelo presidente do Conselho de Administração, Luzayadio Simba, esteve presente na 2ª edição do Fórum de Negócios Angola-União Europeia, que decorreu em Luanda. O evento, aberto pelo Ministro da Economia e Planeamento, Mário Caetano e organizado pelo Governo de Angola, em parceria com a União Europeia, destacou as oportunidades e



vantagens que o país oferece para investimento estrangeiro.

1º Fórum de Luanda

O Fundo de Garantia de Crédito (FGC) realizou, no Museu da Moeda, em Luanda, o 1º Fórum de Garantia e Crédito, sob o lema "Garantir a Produção e Promover a Segurança Alimentar". O fórum, reuniu cerca de 250 especialistas que intervêm no Sistema Nacional de Garantias e Crédito. O referido fórum visou divulgar as linhas de garantias de crédito disponibilizadas para reforçar a produção e a segurança alimentar no país.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS & NOTAS ÀS CONTAS

44

Notas Anexas às Demonstrações
Financeiras em 31 de Dezembro de 2023



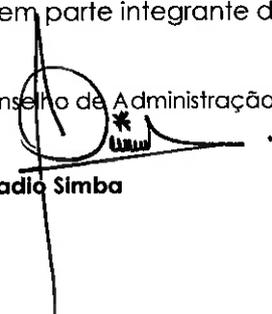
Demonstrações da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

ACTIVO	Notas	2023	2022
Disponibilidades	2	6 882 476	2 285 148
Aplicações de liquidez	3	110 638 738	75 922 121
Títulos e valores mobiliários			
Títulos disponíveis para venda	4	87 500 431	69 816 470
Créditos	5	-	-
Outros valores	6	4 062 200	3 978 136
Imobilizações			
Imobilizações corpóreas	7	3 335 985	2 337 548
Imobilizações incorpóreas	7	1 014 709	868 771
Total do Activo		213 434 539	155 208 194
PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS			
	Notas	2023	2022
Outras captações	8	2 956 551	3 941 662
Adiantamentos de clientes	9	14 291	3 166
Outras obrigações	10	3 764 102	2 031 190
Provisões para responsabilidades prováveis	11	58 341 498	58 132 049
Total do Passivo		65 076 442	64 108 066
Capital Social	12	20 000 000	20 000 000
Reservas e Fundos	12	131 819 060	81 819 060
Resultados Potenciais	12	2 115 181	1 315 241
Resultados transitados	12	(12 034 173)	1 322 855
Resultado líquido do exercício		6 458 029	(13 357 028)
Total dos Fundos Próprios		148 358 097	91 100 128
Total do Passivo e dos Fundos Próprios		213 434 539	155 208 194
CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS			
	Notas	2023	2022
Garantias prestadas	13	167 492 710	167 252 487
Compromissos assumidos	13	63 289 195	65 562 055
Garantias Recebidas	13	126 297	42 466
Créditos mantidos no activo	13	11 595 557	2 178 008

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Presidente do Conselho de Administração


Luzayadio Símba

A Administradora Financeira


Eligénia Mpenge

O Director de Finanças


Elizângelo Caetano
OCPA Cédula nº 20151473

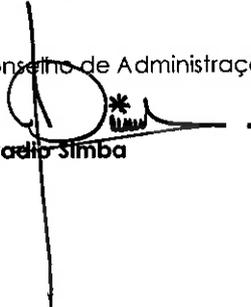
Demonstrações de Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

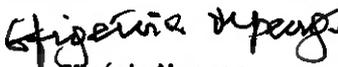
	Notas	2023	2022
Proveitos de instrumentos financeiros activos			
Proveitos de aplicações de liquidez	14	12 425 301	7 695 627
Proveitos de títulos e valores mobiliários	14	13 816 206	10 456 657
Custos de instrumentos financeiros passivos			
Custos de outras captações	14	(942 972)	(16 393 705)
MARGEM FINANCEIRA		25 298 535	1 758 579
Resultados de Negociações e Ajustes ao Valor Justo	15	(1 999 579)	-
Resultados de operações cambiais	16	213 664	(1 465 721)
Resultados de prestação de serviços financeiros	17	2 652 585	2 418 259
Provisões para garantias prestadas	11	(7 037 086)	(10 718 830)
RESULTADO DE INTERMEDIACÃO FINANCEIRA		19 128 119	(8 007 714)
Pessoal	18	(4 261 495)	(3 127 641)
Fornecimentos de terceiros	19	(1 835 133)	(840 912)
Impostos e taxas não incidentes sobre o resultado	20	(1 735 028)	(1 149 716)
Depreciações e amortizações	7	(837 703)	(494 673)
Custos administrativos e de comercialização		(8 669 358)	(5 612 941)
Outros proveitos e custos operacionais	21	(2 521 218)	(1 676 417)
RESULTADO OPERACIONAL		7 937 543	(15 297 072)
Resultado não operacional	22	(630 681)	(125 443)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E OUTROS		7 306 862	(15 422 515)
Impostos sobre o resultado	23	(848 834)	2 065 487
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		6 458 029	(13 357 028)

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Presidente do Conselho de Administração


Luzayadio Simba

A Administradora Financeira


Elgénia Mpenço

O Director de Finanças


Elizângelo Caetano
OCPA Cédula nº 20151473

Demonstrações das Alterações nos Fundos Próprios para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

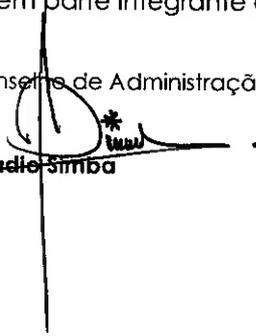
(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	Notas	Capital Social	Reservas e Fundos	Resultados Potenciais	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	12	20 000 000	75 819 060	(12 431 405)	11 550 594	(10 227 741)	84 710 508
Aplicação do resultado líquido 2021		-	-	-	(10 227 741)	10 227 741	-
Resultados Potenciais 2022		-	-	13 746 648	-	-	13 746 648
Outros Fundos (Ministério das Finanças)		-	6 000 000	-	-	-	6 000 000
Outros Fundos (Banco Mundial)		-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício de 2022		-	-	-	-	(13 357 028)	(13 357 028)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	12	20 000 000	81 819 060	1 315 242	1 322 854	(13 357 028)	91 100 128
Aplicação do resultado líquido 2022		-	-	-	(13 357 028)	13 357 028	-
Resultados Potenciais 2023		-	-	799 940	-	-	799 940
Outros Fundos (Ministério das Finanças)		-	50 000 000	-	-	-	50 000 000
Resultado líquido do exercício de 2023		-	-	-	-	6 458 029	6 458 029
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	12	20 000 000	131 819 060	2 115 182	(12 034 173)	8 458 029	148 358 087

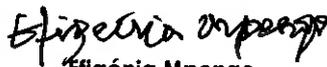
47

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Presidente do Conselho de Administração


Luzayadio Simba

A Administradora Financeira


Efigénia Mpenge

O Director de Finanças


Elizângelo Caetano
OCPCA Cédula nº 20151473

Demonstrações de Fluxos de Caixa de 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	2023	2022
Recebimentos de proveitos de aplicações de liquidez	8 365 381	2 079 101
Recebimentos de proveitos de títulos e valores mobiliários	11 298 457	10 201 263
Recebimentos de proveitos de instrumentos financeiros activos	19 663 838	12 280 363
Pagamentos de custos de outras captações	(833 918)	(1 071 261)
Pagamentos de custos de instrumentos financeiros passivos	(833 918)	(1 071 261)
FLUXOS DE CAIXA DA MARGEM FINANCEIRA	18 829 920	11 209 102
Recebimento de comissões de garantia	2 780 846	1 462 646
Pagamento de despesas e comissões bancárias	441 242	(335 583)
FLUXO DE CAIXA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	22 052 008	12 336 166
Recebimentos		
Outros recebimentos operacionais	1 066 912	139 843
Pagamentos		
Fornecimentos e serviços de terceiros	(2 340 487)	(1 159 966)
Despesas com pessoal	(2 625 724)	(2 071 755)
Impostos e taxas não incidentes sobre resultados	(3 118 907)	(1 997 486)
Outros pagamentos operacionais	(8 993 201)	(675 293)
RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS DE OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS	(16 011 405)	(5 764 658)
FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES	6 040 603	6 571 507
Fluxo de caixa dos investimentos em aplicações de liquidez	1 732 040	(4 285 104)
FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1 732 040	(4 285 104)
Fluxo de caixa dos investimentos em imobilizações	(2 208 280)	(585 696)
FLUXO DE CAIXA DAS IMOBILIZAÇÕES	(2 208 280)	(585 696)
FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS	(476 241)	(4 870 801)
Fluxo de caixa dos financiamentos com outras captações	(967 033)	(967 033)
FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(967 033)	(967 033)
FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS	(967 033)	(967 033)
VARIAÇÕES EM DISPONIBILIDADES	4 597 329	733 674
SALDO EM DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	2 285 147	1 551 473
SALDO EM DISPONIBILIDADES NO FINAL DO EXERCÍCIO	6 882 476	2 285 147

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Presidente do Conselho de Administração

Luzayadio Simba

A Administradora Financeira

Eligénia Mpenço

O Director de Finanças

Elizângela Caetano
OCPCA Cédula nº 20151473

1. Bases de Apresentação e Resumo das Principais Políticas Contabilísticas

O FGC é uma Instituição de interesse estratégico, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, conforme mencionado acima.

Desde o início da sua actividade, o FGC já emitiu 968 Garantias, que totalizam um montante de AOA 498 039 638 805 (quatrocentos e noventa e oito mil, trinta e nove milhões, seiscentos e trinta e oito mil e oitocentos e cinco Kwanzas), que representam uma cobertura média de 61% para um montante financiado na ordem dos AOA 815 656 872 135 (oitocentos e quinze mil, seiscentos e cinquenta e seis milhões, oitocentos e setenta e dois mil e cento e trinta e cinco Kwanzas). Do total das garantias emitidas, 850 corresponde a garantias efectivas aprovadas pelos bancos e 118 representa pré-garantias.

49

1.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras do FGC foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano Contabilístico das Instituições Financeiras não Bancárias (PCIFNB), nos termos do Instrutivo nº 15/20, de 06 de Setembro, emitido pelo Banco Nacional de Angola. O PCIFNB tem como objectivos a uniformização dos registos contabilísticos e das divulgações financeiras numa aproximação às práticas internacionais, através da convergência dos princípios contabilísticos para as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – *International Financial Reporting Standards*).

As demonstrações financeiras anexas do FGC, em 31 de Dezembro de 2023, foram aprovadas pelo Conselho de Administração a 28 de Março de 2024. No entanto, considerando as situações identificadas, foram realizados alguns ajustamentos aprovados pelo CA, ao anexo, em 24 de Abril de 2024.

As demonstrações financeiras do Fundo, em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, encontram-se expressas em moeda nacional Kwanzas, pelo que os activos e passivos denominados em outras divisas convertidos para moeda nacional, com base nas taxas de câmbios médias indicativas publicadas pelo BNA naquelas datas. Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, as taxas de câmbio do último dia útil do Kwanza (AOA) face ao Dólar dos Estados Unidos (USD), e ao Euro (EUR) eram as seguintes:

	2023	2022
1 USD	828,800	503,691
1 EUR	915,990	537,438

1.2 Políticas Contabilísticas

- Especialização dos exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

- Prestação de serviços financeiros

Os proveitos resultantes dos serviços prestados são reconhecidos ao longo do período da operação ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

- Transacções em moeda estrangeira

As operações em moeda distinta da moeda funcional e da moeda de apresentação são registadas de acordo com os princípios do sistema "multi-currency", sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. Os activos e passivos expressos em moeda distinta da moeda de apresentação são convertidos para Kwanzas com base nas taxas de câmbio médias publicadas pelo BNA à data do balanço.

Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais realizadas são registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem na rubrica "Resultados de operações cambiais", ao passo que os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais não realizadas ou potenciais são registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem na rubrica "Margem Financeira" (Nota 14).

- Crédito e garantias

a) Garantias de Crédito

As garantias de crédito são operações através das quais o FGC garante a liquidação de uma obrigação assumida por um cliente junto de um terceiro (beneficiário), assumindo a responsabilidade da obrigação se a entidade faltar ao seu cumprimento.

As responsabilidades por garantias prestadas são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em dívida coberto por garantia do Fundo (Nota 13).

Neste contexto, as garantias emitidas pelo FGC sobre os créditos concedidos pelos Bancos Operadores, no âmbito do Mecanismo de Garantias Públicas, constituem responsabilidades que, de acordo com a política contabilística definida pelo Conselho de Administração do FGC, são registadas como uma responsabilidade extrapatrimonial. Os valores relativos às garantias prestadas são registados pelo FGC da seguinte forma:

- É registada na rubrica extrapatrimonial "Garantias Prestadas" a parte das garantias prestadas correspondente aos valores já desembolsados dos créditos concedidos pelos Bancos Operadores; e
- É registada na rubrica extrapatrimonial "Compromissos Assumidos" a parte das garantias prestadas correspondente aos valores ainda não desembolsados dos créditos concedidos pelos Bancos Operadores, os quais são revogáveis até ao momento do seu desembolso.

As garantias prestadas e os compromissos assumidos representam valores que podem ser exigíveis no futuro, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estão sob o controlo do FGC. Assim, esses valores são apenas registados em contas extrapatrimoniais.

Os Bancos Operadores são as instituições financeiras activas em território nacional que participam no Mecanismo de Garantias Públicas, através da concessão de crédito aos clientes ao abrigo do programa. Para o efeito, o banco assina compromissos com os Ministérios das Finanças e do Planeamento e com o FGC.

No âmbito da emissão de garantias de crédito, o FGC cobra ao cliente comissões à taxa anual de 2% sobre o valor em risco, às quais são recebidas pelos Bancos Operadores e, posteriormente, transferidas para o FGC.

Os fluxos de comissões associados às garantias prestadas são registados em rubricas de resultados ao longo do período a que respeitam, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas (17).

O FGC procede ao registo de imparidade para as comissões vencidas com atraso superior a 90 dias e não reconhece proveitos com comissões a partir dessa data até ao momento em que o cliente liquide os valores vencidos (Nota 6 e Nota 11).

51

b) Créditos

Os créditos são activos financeiros, com pagamentos fixados ou determináveis, que não estão cotados no mercado activo e são registados pelos valores pagos pelo Fundo aquando da execução de garantias de crédito concedidas. Os créditos (excluindo garantias de crédito) são registados em rubricas de activo. Este registo é efectuado após o Fundo anular o registo em contas extrapatrimoniais responsabilidades por garantias prestadas. Os fluxos de comissões e outros custos e proveitos associados às operações de crédito são reconhecidos em resultados ao longo do período de vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

As operações de crédito, incluindo as garantias prestadas, são submetidas à constituição de provisões de acordo com os Avisos nº 11/14 e nº 12/14 e o Instrutivo nº 09/20, do BNA, relativos à metodologia para a constituição de provisões.

As operações de crédito e as garantias prestadas são classificadas por ordem crescente de risco, de acordo com os seguintes níveis:

Nível	Risco
A	Mínimo
B	Muito Baixo
C	Baixo
D	Moderado
E	Elevado
F	Muito Elevado
G	Máximo

A classificação das operações de crédito e garantias prestadas concedidas a um mesmo cliente ou grupo económico é efectuada na classe que apresentar maior risco.

c) Provisão Para Créditos e Garantias Prestadas

Os níveis de provisionamentos são calculados de acordo com a tabela seguinte:

Nível de Risco	A	B	C	D	E	F	G
Provisões	0%	1%	5%	20%	30%	60%	100%

As garantias prestadas são provisionadas de acordo com a classificação dos níveis do risco resultante da análise periódica do risco de crédito dos clientes das operações garantidas efectuada pelo Fundo, em conformidade com os requisitos previstos nos Avisos nº 11/14 e nº 12/14 e no Instrutivo nº 09/15 do BNA. A classificação do risco atribuída pelo Fundo considera as seguintes fontes de informação principais:

- Níveis de risco das operações garantidas pelo FGC que são reportados pelos Bancos Operadores na Central de Informação e Risco de Crédito (CIRC) do BNA. Estes níveis de risco são definidos pelos Bancos Operadores com base nos requisitos dos normativos supramencionados e reportados ao BNA. Relativamente aos níveis de risco da CIRC, o FGC analisa os dados dos níveis de risco reportados pelos Bancos Operadores sujeitos ao risco de crédito daquelas operações para o período de relato das demonstrações financeiras até à sua aprovação.
- Adicionalmente, o FGC efectua uma análise do risco de crédito das operações garantidas que resultam das informações obtidas directamente pelo FGC, para avaliar a viabilidade das operações garantidas através da realização de visitas em campo, no quadro dos acompanhamentos periódicos aos projectos e com a realização de interacções com os respectivos promotores. No âmbito desta análise, o FGC considera a informação sobre eventuais operações garantidas que tenham sido totalmente reembolsadas após a data de relato financeiro.

Assim, a notação de risco final atribuída e, conseqüentemente, as provisões constituídas resultam da análise efectuada pelo FGC e reflecte a melhor estimativa das Áreas de Risco e do Negócio, que é, posteriormente, validada pelo Conselho de Administração na data de aprovação das demonstrações financeiras.

As provisões para garantias prestadas são registadas no passivo, na rubrica "Provisões Para Responsabilidades Prováveis" (Nota 11).

O Fundo não constitui provisões sobre o saldo da rubrica "Compromissos Perante Terceiros" (Nota 13), que representam a parte das garantias emitidas, cujos financiamentos não foram desembolsados pelos bancos comerciais aos seus clientes, por se tratar de compromissos revogáveis até ao momento do seu desembolso.

d) Títulos e Valores Mobiliários

Classificação

Os títulos e valores mobiliários adquiridos pelo FGC são registados pelo montante efectivamente pago, incluindo corretagens e emolumentos. O Conselho de Administração do FGC determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial, numa das seguintes categorias, atendendo as características dos títulos e a sua intenção no momento da aquisição:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda;
- Títulos mantidos até ao vencimento.

Os rendimentos auferidos relativos a juros corridos durante o prazo de vencimento ou dividendos declarados são considerados directamente no resultado do período, independentemente da categoria em que tenham sido classificados.

- Títulos para negociação;

São considerados títulos para negociação os títulos adquiridos com o objectivo de serem activo e frequentemente negociados.

Os títulos mantidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, incluindo custos directamente atribuíveis à aquisição do activo. Posteriormente, são valorizados ao justo valor, sendo o respectivo proveito ou custo proveniente da valorização, reconhecido em resultados do exercício.

- Títulos disponíveis para venda

São considerados títulos disponíveis para venda, os títulos passíveis de serem eventualmente negociados e que não se enquadrem nas demais categorias. São registados no momento inicial ao custo de aquisição, sendo, posteriormente, valorizados ao justo valor. As variações do justo valor são registadas por contrapartida de fundos próprios, sendo as valias reconhecidas em resultados do exercício aquando da venda definitiva do activo.

Com referência à data de preparação das demonstrações financeiras, o FGC avalia a existência de situações de evidência objectiva que os activos financeiros registados na categoria de disponíveis para venda estejam em situação de perda de carácter permanente.

As perdas de carácter permanente em títulos disponíveis para venda são registadas directamente em resultados, quando existe evidência objectiva dessa perda. O valor das perdas de carácter permanentes nos títulos disponíveis para venda é determinado pela diferença entre o valor de balanço do investimento e o valor actual dos fluxos de caixa que se espera receber, descontados a taxa original do activo. Se num período subsequente o montante das perdas de carácter permanente diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento das perdas de carácter permanente, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

- Títulos mantidos até ao vencimento

São considerados títulos mantidos até ao vencimento aqueles que são adquiridos com a finalidade de os manter em carteira até ao seu vencimento, desde que haja capacidade financeira do Banco para tal.

Os títulos mantidos até ao vencimento são registados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos pela fluência dos seus prazos, incluindo a periodicidade do juro e do prémio/desconto por contrapartida de resultados, reconhecendo o FGC eventuais lucros ou prejuízos apurados na data do vencimento pela diferença entre o preço realizado e o respectivo valor contabilístico.

No caso de eventual venda dos títulos e valores mobiliários, classificados na categoria títulos mantidos até ao vencimento, devem ser registados os eventuais lucros ou prejuízos apurados na data da venda, pela diferença entre o preço de venda e o seu valor contabilístico.

Em 31 de Dezembro de 2018, o Conselho de Administração do FGC decidiu alterar a política definida para os títulos e valores mobiliários, tendo reclassificado as Obrigações de Tesouro (OT) de "Títulos Mantidos Até ao Vencimento" para "Títulos Disponíveis Para Venda", obedecendo à recomendação do Órgão Supervisor (BNA), com o objectivo de passar a mensurar a carteira de títulos e valores mobiliários ao justo valor.

O Conselho de Administração do FGC, considerando a informação disponível, procede ao apuramento das OT pelo justo valor com base nas taxas de mercado secundário (Bolsa de Dívida e Valores de Angola - BODIVA), observando o valor de mercado de cada título no site da BODIVA.

De acordo com o PCIFNB, o FGC não poderá classificar qualquer título e valores mobiliários na categoria de "Títulos Mantidos Até ao Vencimento" se, durante o exercício económico corrente ou em alguns dos dois exercícios económicos anteriores, vendeu ou reclassificou parte substancial deles antes de seu vencimento, exceptuando os casos em que o valor de custo de aquisição dos títulos, acrescido dos rendimentos auferidos, não apresente diferença significativa em relação ao valor de mercado.

As transferências de títulos entre categorias apenas ocorrem por motivo isolado, não usual, não recorrente e que não tenham sido razoavelmente antecipados, e que tenham ocorridos após à data da classificação inicial. Adicionalmente, a venda ou reclassificação de títulos classificados

na categoria de mantidos até ao vencimento apenas é possível nos casos em que o valor de custo de aquisição dos títulos, acrescido dos rendimentos auferidos, não apresente diferença significativa em relação ao valor de mercado.

Os Bilhetes do Tesouro são emitidos ao valor descontado e registados pelo custo de aquisição. A diferença entre este e o valor nominal, que constitui a remuneração do FGC, é reconhecida contabilisticamente como proveito ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos, na própria conta com a especificação "Proveitos a receber".

As Obrigações do Tesouro foram inicialmente registadas pelo custo de aquisição. A diferença entre o custo de aquisição e o valor nominal destes títulos, que corresponde ao desconto / prémio verificado no momento da compra, é especializada durante o período de vida do título com a especificação "Proveitos a receber". Os juros corridos relativos a estes títulos são, igualmente, contabilizados com a especificação "Proveitos a receber".

54

e) Imobilizações Incorpóreas, Corpóreas e Propriedades de Investimento

As imobilizações incorpóreas correspondem, essencialmente, à aquisição de sistemas de informação (*software*) que suportam a actividade do FGC. Estas são registadas pelo seu custo de aquisição, incluindo os custos indispensáveis para a sua implementação, e amortizadas linearmente ao longo de um período de três anos.

As imobilizações corpóreas correspondem essencialmente à aquisição de equipamentos de transporte e administrativo, utilizados no suporte da actividade do FGC. Assim, as imobilizações corpóreas são amortizadas pelo método das quotas constantes de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos activos, as quais correspondem às taxas de amortização similares àquelas que se encontram definidas no Código do Imposto Industrial:

Equipamento	Ano de vida útil
Imóveis	50
Mobiliário e material	10
Máquina de uso administrativo	6 a 10
Equipamento Informático	6
Instalações interiores	5 a 10
Viaturas de transporte	4
Outros Equipamentos	3 a 10

- Propriedades de investimento

O FGC classifica como propriedades de investimento os imóveis, ou partes deles, detidos para arrendamento e/ou disponível para venda.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, sendo posteriormente mantidos ao custo histórico e objecto de testes de imparidade periódicos, os quais são suportados por avaliações imobiliárias elaboradas por peritos externos independentes.

As propriedades de investimento são depreciadas de acordo com a vida útil estimada dos imóveis subjacentes que não variam das consideradas para imóveis semelhantes registados na rubrica "Imobilizações corpóreas".

f) Dotação Orçamental

O Estatuto Orgânico do Fundo de Garantia de Crédito, publicado pelo Decreto Presidencial nº 197/15 de 16 de Outubro, prevê a possibilidade de existirem dotações, provenientes do Orçamento Geral do Estado, que correspondem a subsídios com vista à cobertura das suas

despesas operacionais e investimento. A aprovação destas dotações é condicionada à apresentação, por parte do FGC, de orçamentos que justifiquem e discriminem a natureza dos custos para os quais é requerido o subsídio.

O FGC disponibiliza, trimestralmente, ao Ministério das Finanças a análise da execução orçamental. Dar nota que as despesas correntes são, actualmente, realizadas com os recursos próprios vindos das Comissões de Garantias, Renda dos Rmóveis e dos Juros de Depósitos a Prazo e das Obrigações de Tesouro.

g) Provisões Para Responsabilidades Prováveis

A política relativa à constituição de provisões para garantias prestadas é apresentada na Nota 1.2 c). As provisões para outras responsabilidades prováveis são constituídas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde a melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, as contingências passivas são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

h) Impostos Sobre o Rendimento

As demonstrações financeiras de 2023 e 2022 do FGC são apresentadas com base no Código de Imposto Industrial e nos termos do ofício da AGT nº 003617/GCA/DSF/AGT/2016, de 27 de Maio, que determinam a sujeição do FGC aos impostos sobre o rendimento e sobre o património.

- **Imposto corrente**

O FGC é considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A, sujeito a uma taxa de imposto de 25%. O imposto corrente engloba o Imposto Industrial, calculado com base no resultado fiscal do exercício, podendo ser diferente do resultado contabilístico devido a ajustamentos nos termos do Código do Imposto Industrial, bem como o Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC) e o Imposto Predial (IP).

Nos termos do Código do Imposto Industrial, os proveitos sujeitos à IAC e ao IP são dedutíveis para efeitos de determinação do lucro tributável, não consubstanciando o IAC e o IP um custo aceite fiscalmente.

- **Imposto diferido**

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

- **Imposto Sobre a Aplicação de Capitais (IAC)**

O Decreto Legislativo Presidencial nº 5/11, de 30 de Dezembro, veio introduzir diversas alterações legislativas ao Código do Imposto sobre a Aplicação de Capitais, tendo sido, posteriormente, também, alterado pelo Decreto Legislativo Presidencial nº 2/14, de 20 de Outubro.

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do FGC, designadamente aos rendimentos resultantes de aplicações de liquidez e aos rendimentos de títulos. A taxa varia entre 5% (no caso de rendimentos de títulos de dívida admitidos à negociação em mercado regulamentado e que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e 10%.

- Imposto Predial (IP)

A Lei n.º 20/20, de 9 de Julho, introduziu alterações ao Código do Imposto Predial (IP). Neste sentido, o IP incide quer sobre a detenção de imóveis, quer sobre a renda proveniente dos mesmos. Sobre o valor patrimonial dos imóveis próprios que se destinem ao desenvolvimento da actividade normal do FGC, incide IP a taxas várias entre 0,1% e 0,5%, consoante o valor patrimonial do imóvel. Sobre as rendas, incide IP à taxa de 25%.

56

- Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

Foi publicado em Diário da República I Serie - N9 55, a lei 7 /19, de 24 de Abril, que Aprova o Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado, conjugado com a Lei nº 17/19, de 13 de Agosto, que altera alguns artigos da Lei 7/19 acima referenciada, que entrou em vigor a 1 de Outubro de 2019.

Em 31 de Dezembro de 2020, o FGC no "Regime Transitório" cumpriu com as suas obrigações declarativas, submetendo o mapa de fornecedores aos quais o FGC tenha suportado, trimestralmente, o IVA, a Declaração do Regime Transitório do IVA e, conseqüentemente, o pagamento de 3% do volume de negócio sujeito ao imposto após à dedução dos 4% do imposto suportado nas facturas dos fornecedores.

Em 31 de Dezembro de 2021, o FGC no "Regime Geral" cumpriu com as suas obrigações declarativas, sendo que, mensalmente, submeteu o mapa de fornecedores, dos quais o FGC tenha suportado o IVA, bem como a Declaração do Modelo 7 do Regime Geral de IVA.

No dia 8 de Junho de 2021, num comunicado com referência 1332 /PROC/MINFIN-GMF/2021 "Obrigação de Emissão de Facturas ou Documentos Equivalentes Pelos Fornecedores do Estado", no seu número 5, que obriga os *Institutos Públicos ou Equiparados que efectuem as suas despesas com receitas próprias que devem efectuar o Cativo do IVA e o entregar aos cofres do Estado, sempre que na factura ou documento equivalente emitida pelo fornecedor contenha este imposto, conforme previsto nos artigos 21º e 31º, ambos do Código do IVA*. E, por força deste comunicado, o FGC começou a cativar o IVA, no dia 17 de Junho de 2021.

- Outros impostos

O Fundo está sujeito aos impostos indirectos, nomeadamente os impostos aduaneiros.

1.3 Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

O Plano Contabilístico das Instituições Financeiras não Bancárias estabelece uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos próprios e faça as estimativas necessárias para decidir qual é o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Fundo são apresentadas nesta Nota, tendo como objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Fundo e a sua divulgação.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Fundo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira do Fundo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

- Perdas por imparidade e provisões para garantias prestadas

O Fundo efectua uma revisão periódica da sua carteira de garantias, prestadas para avaliar a existência de perdas esperadas, conforme referido na Política Contabilística descrita na Nota 1.2 c).

O processo de avaliação da carteira de forma a determinar se uma provisão deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes, com o consequente impacto nos resultados do Fundo.

- Impostos sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros, foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

A Administração Geral Tributária tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Fundo durante um período de cinco anos. Desta forma, é possível que ocorram correcções à matéria colectável, resultantes, principalmente, de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras.

Com referência a 31 de Dezembro de 2020, o Código do Imposto Industrial passou a prever que os custos e os proveitos cambiais apenas deverão ser considerados para efeitos do cálculo deste imposto, caso possam ser considerados como realizados, sendo que, actualmente, para o efeito, o Fundo apresenta Aplicações de Liquidez em moeda estrangeira como principais activos susceptíveis de gerar ganhos cambiais.

-
- Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e, na ausência de cotação, é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

2. Disponibilidades

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição.

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	2023	2022
Caixa		
Notas e moedas em moeda nacional	1 550	1 246
Notas e moedas em moeda estrangeira		
Notas e moedas em Dólares	2 852	2 617
Notas e moedas em Euros	6 999	4 705
	11 401	8 568
Disponibilidades em instituições financeiras		
Disponibilidades à ordem em moeda nacional	6 636 299	2 273 561
Disponibilidades à ordem em moeda estrangeira	224 571	483
Disponibilidades em instituições financeiras em trânsito	10 206	2 536
	6 871 076	2 276 580
	6 882 476	2 285 148

	2023	2022
1 USD	828,800	503,691
1 EUR	915,990	537,438

As disponibilidades à ordem em instituições financeiras mantidas pelo FGC não são remuneradas e encontram-se denominadas em Kwanzas, Dólares dos Estados Unidos e Euros. O aumento verificado nessa rubrica entre 2022 e 2023 deve-se essencialmente à transferência de depósitos a prazo (aplicações de liquidez) para depósitos à ordem que ainda não se encontram aplicados a esta data de referência.

3. Aplicações de Liquidez

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	2023	2022
Operações no mercado monetário financeiro		
Depósitos a prazo em moeda nacional	97 907 500	67 119 000
Depósitos a prazo em moeda estrangeira	10 257 527	6 163 309
	108 165 027	73 282 309
Proveitos a receber	2 473 711	2 639 812
	110 638 738	75 922 121

Resultante do crescimento das aplicações de liquidez em mais de 50%, em 2023, o FGC registou um aumento significativo dos depósitos em moeda nacional, comparativamente a 2022, facto este que pode ser observado no saldo da rubrica "Depósitos a Prazo em Moeda Nacional no Ano 2023".

O aumento nas aplicações de liquidez em mais de 50%, em 2023, deveu-se à capitalização de 50 mil milhões, em Julho, por via das Obrigações Tesouro, que gerou juros que foram aplicados em seguida, e à venda de 350 mil unidades das obrigações de tesouro.

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, as aplicações de liquidez, excluindo juros a receber, apresentam a seguinte estrutura, por prazos residuais de vencimento:

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	2023	2022
Até um mês	10 584 000	3 771 500
Entre um e três meses	76 136 000	52 111 867
Entre três e seis meses	20 092 527	16 771 843
Entre seis meses e um ano	1 352 500	627 100
	108 165 027	73 282 309

60

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, as aplicações de liquidez vencem juros às seguintes taxas médias anuais, ponderadas pelo respectivo valor nominal das aplicações:

	2023	2022
Em Kwanzas	10,36%	10,67%
Em Dólares dos Estados Unidos	1,54%	1,29%
Em Euros	0,10%	0,11%

4. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	2023	2022
Mantidos para Negociação:		
Títulos e valores mobiliários		
Bilhetes de Tesouro	-	-
Títulos disponíveis para venda		
Valor nominal	81 000 000	66 000 000
Ajuste ao Valor Justo dos Activos Financeiros Disponíveis para Venda	2 815 500	1 743 193
	83 815 500	67 743 193
Proveitos a receber		
Proveitos a receber	3 684 931	2 073 278
	87 500 431	69 816 470

A rubrica de Títulos e Valores Mobiliários – Disponíveis para Venda, no montante de mAOA 87 500 431, em 31 de Dezembro de 2023, e mAOA 69 816 470, em 31 de Dezembro de 2022, refere-se a Obrigações do Tesouro entregue pelo Ministério das Finanças entre Abril de 2020 e Dezembro de 2022 e, especificamente, para a realização do capital social e capitalização do FGC (Nota 12) e vencem juros à taxa anual de 16,5%, 16,75% e 21%, sendo que esta última com taxas que rondam os 15% e 17%, com maturidade de Abril de 2024, Maio de 2026, Abril de 2032, Julho de 2027, Dezembro de 2030 e Janeiro de 2033, respectivamente.

Com o objectivo de conferir uma maior liquidez ao FGC, a Unidade de Gestão da Dívida Pública (UGD) efectuou, em 2022, o resgate das Obrigações do Tesouro que havia emitido em Março

de 2016 e em Maio de 2017, aos valores nominais de 5 Mil Milhões e 5 Mil e 180 Milhões de kwanzas, que venciam juros à taxa anual de 5%, cuja maturidade iria até 2040 e 2041, respectivamente, tendo efectivamente gerado liquidez de cerca de 10 Mil Milhões aplicados em Depósito a Prazo a uma taxa anual de 11%, em 31 de Dezembro de 2022.

Em Dezembro de 2022, o Ministério das Finanças, através da UGD, emitiu uma Obrigação de Tesouro de 6 Mil Milhões para a capitalização do FGC, cuja maturidade é de 10 anos e vencendo juros à taxa anual de 21%.

Em Julho de 2023, o Ministério das Finanças, tendo em conta os objectivos estratégicos do FGC, alinhados às novas linhas de garantias, emitiu obrigações do Tesouro por meio da UGD para capitalização do Fundo, num total de 50 Mil Milhões de Kwanzas cuja maturidade ronda entre os 5, 8 e 10 anos e as taxas no intervalo de 15% a 17%.

O saldo da rubrica "Obrigações do Tesouro", em 31 de Dezembro de 2023, corresponde ao Justo Valor apurado com base nas taxas do mercado secundário (BODIVA), conforme mencionado nas políticas contabilísticas Nota 1.2 – d). A rubrica "Proveitos a receber" corresponde aos juros corridos das Obrigações do Tesouro.

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, as Obrigações do Tesouro apresentam a seguinte estrutura, por maturidade contratual de vencimento:

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	2023	2022
Obrigações do Tesouro		
Até 2024	14 400 000	42 360 941
Até 2026	10 000 000	20 855 419
Até 2027	15 895 500	-
Até 2030	15 000 000	-
Até 2032	7 320 000	6 600 110
Até 2033	21 200 000	-
	83 815 500	69 816 470

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, os títulos e valores mobiliários vencem juros às seguintes taxas médias anuais, ponderadas pelo respectivo valor nominal das aplicações:

	2023	2022
Obrigações do Tesouro		
Em Kwanzas	16,71%	16,98%

5. Créditos

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

No âmbito das medidas de	2023	2022
Garantias Accionadas	11 595 557	2 178 008
Imparidades de Garantias accionadas (Nota 11)	(11 595 557)	(2 178 008)
	-	-

recuperação do bom nome e melhoria da reputação do FGC junto dos seus parceiros estratégicos, o Conselho de Administração determinou um Plano de Saneamento da carteira

do extinto Programa Angola Investe, vulgo PAI, num período de 3 anos. Por esta razão, verifica-se um aumento significativo na rubrica "Garantias Accionadas" que corresponde ao montante accionado em 31 de Dezembro de 2023.

6. Outros valores

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	2023	2022
Outros Valores de Natureza Fiscal		
II - Imposto Industrial	35 034	35 034
Imposto Apl. De Capitais 2013	3 315	3 315
Contribuição E.S.Op. Cambiais	351	351
Lei 19/14 (CII)- Clientes	91	91
IVA-Suportado	93 736	53 435
Encargos de IAC S/DP - Antecipado	347	-
	132 873	92 225
Devedores por prestação de serviços		
Comissões de garantias a receber_PA I	2 999 224	3 633 987
Comissões de garantias a receber_GAP	1 737 501	1 315 379
Comissões de garantias a receber_PDAC	17 313	6 426
Devedores diversos	205 611	30 959
Imparidades de Comissões Garantias a receber (Nota 11)	(3 784 077)	(3 869 076)
	1 175 571	1 117 674
Bens Não de Uso Proprio		
Propriedades de Investimentos	3 055 798	3 124 919
Imparidade de Bens Não de Uso Proprio (Nota 11)	(832 809)	(680 485)
	2 222 989	2 444 434
Despesas com custos diferidos		
Adiantamentos a fornecedores	100 148	23 259
Seguros	294 719	205 057
Seguro Multirisco	-	3 435
Adiantamentos e antecipações de salários	27 353	84 526
Licenças	77 740	4 222
Comunicação	76	50
Taxa de condomínio	3 254	3 254
Serviços de Publicidade	27 478	-
	530 767	323 802
	4 062 200	3 978 136

Em 31 de Dezembro de 2023, o saldo da rubrica "II - Imposto Industrial" corresponde ao imposto provisório pago nos exercícios anteriores, cujos resultados negativos dos respectivos exercícios e posteriores não permitiram que se efectuassem as respectivas deduções.

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, o saldo de Outros Valores inclui as garantias accionadas, no qual o FGC gizou um Plano de Saneamento da carteira do Programa Angola Investe (PAI), e sobre as quais foram constituídas provisões sobre a totalidade dos saldos.

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, o saldo da rubrica "Comissões de Garantias a Receber" corresponde ao valor de comissões reconhecidas em resultados no presente exercício ou em exercícios anteriores, que ainda não foram recebidas pelo FGC.

Em 31 de Dezembro de 2023, o saldo da rubrica "Bens Não de Uso Próprio" corresponde a diferença entre o valor histórico e as imparidades constituídas e registadas, das instalações do FGC, do projecto Belo Horizonte situado em Viana com três fracções detidos para arrendamento, sendo que duas dessas fracções encontram-se arrendadas e uma sem qualquer proposta.

7. Imobilizações

O movimento nas rubricas de imobilizações incorpóreas, corpóreas e em curso durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 foi o seguinte:

63

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	Saldo em 31-12-2022			Saldo em 31-12-2023							
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Aquisições	Transferências	Abates, alienações e outros	Regularização de amortizações de exercícios anteriores	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Imobilizações corpóreas											
Imoveis de Uso	1 378 652	(225 407)	1 153 245	515 829	105 105	-	-	26 908	1 999 586	(252 315)	1 747 271
Equipamento administrativo	673 151	(517 843)	219 251	543 621	-	-	-	103 351	1 216 772	(621 194)	595 578
Equipamento de transporte	1 737 043	(710 937)	1 026 106	140 734	-	-	-	420 162	1 877 777	(1 131 099)	746 678
Outras Imobilizações Corpóreas	16 284	(13 395)	2 888	261 577	-	-	-	18 007	277 860	(31 403)	246 457
	3 805 130	(1 467 582)	2 401 490	1 461 760	105 105	-	-	568 428	5 371 995	(2 036 010)	3 335 985
Imobilizações incorpóreas											
Sistemas de Tratamento de Dados	832 632	(66 780)	765 822	64 993	48 650	(740 861)	213 343	269 275	205 384	(122 712)	82 672
Beneficiarias em Imoveis de terceiros	21 408	(21 408)	-	-	-	-	-	-	21 408	(21 408)	-
Imobilizado em curso	102 949	-	102 949	914 046	(48 650)	(36 307)	-	-	932 038	-	932 038
	956 958	(88 188)	868 771	979 039	-	(777 168)	-	269 275	1 158 829	(144 119)	1 014 709
	4 762 088	(1 555 770)	3 270 261	2 440 799	105 105	(777 168)	-	837 703	6 530 824	(2 180 130)	4 350 694

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	Saldo em 31-12-2021			Saldo em 31-12-2022							
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Aquisições	Transferências	Abates, alienações e outros	Regularização de amortizações de exercícios anteriores	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Imobilizações corpóreas											
Imoveis de Uso	1 512 475	(199 423)	1 313 052	-	(133 823)	-	-	25 594	1 378 652	(225 407)	1 153 245
Equipamento administrativo	607 305	(399 842)	271 405	65 840	-	6	-	118 001	673 151	(517 843)	155 308
Equipamento de transporte	1 370 492	(443 146)	927 346	448 123	-	(81 572)	(15 685)	333 678	1 737 043	(710 937)	1 026 106
Outras Imobilizações Corpóreas	15 282	(7 473)	7 809	1 001	-	-	-	5 922	16 284	(13 395)	2 888
	3 505 554	(1 049 885)	2 519 612	514 964	(133 823)	(81 566)	(15 685)	483 585	3 805 130	(1 467 582)	2 337 548
Imobilizações incorpóreas											
Sistemas de Tratamento de Dados	111 622	(55 691)	55 931	143 459	577 521	-	-	11 089	832 632	(66 780)	765 822
Beneficiarias em Imoveis de terceiros	21 408	(21 408)	-	-	-	-	-	-	21 408	(21 408)	-
Imobilizado em curso	680 470	-	680 470	-	(577 521)	-	-	-	102 949	-	102 949
	813 500	(77 099)	736 401	143 459	-	-	-	11 089	956 958	(88 188)	868 771
	4 319 054	(1 126 984)	3 256 013	658 423	(133 823)	(81 566)	(15 685)	494 673	4 762 088	(1 555 770)	3 206 318

No decorrer do ano 2023, tendo em conta o plano de expansão geográfica dos serviços, o FGC adquiriu um imóvel (Agência), sito na província de Benguela, mais concretamente na cidade do Lobito, para responder à demanda dos serviços na zona centro e sul do país, e adquiriu novos equipamentos informáticos, razão esta que contribuiu para o aumento das imobilizações em 31 de Dezembro de 2023.

8. Outras Captações

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	2023	2022
Empréstimos obtidos		
Instituições Financeiras Bancárias	2 901 099	3 868 132
Juros a pagar	55 452	73 530
	2 956 551	3 941 662

O Fundo, em 2023, continua a honrar com os seus compromissos junto das instituições financeiras nas condições contratadas, designadamente o prazo de maturidade (5 anos), a taxa de juro (23%) e a periodicidade de pagamento (semestral), denominado em Kwanzas não indexado.

9. Adiantamento de Clientes

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	2023	2022
Adiantamento de clientes		
Rendas antecipadas	10 291	2 125
Juros Antecipados de D/P	3 466	
Imposto de selo a regularizar	534	1 041
	14 291	3 166

10. Outras Obrigações

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	2023	2022
Obrigações de natureza fiscal		
Provisões para Encargos Fiscais a Pagar-Diferido	1 721 922	600 720
Encargos a pagar IAC sobre Aplicações de Capitais	569 043	406 074
Imposto S/Valor Acrescentado	139 829	115 406
Lei 19/14 - Fornecedores	33 461	6 967
IRT - Pessoal	5 744	64 525
	2 469 999	1 193 693
Obrigações de natureza cível		
Credores diversos	492 939	120 930
Comissões Diferidas	83 680	114 424
	576 618	235 354
Obrigações de natureza administrativa e de comercialização		
Prémio de desempenho (Nota 18)	559 756	465 319
Férias e subsidio de férias	127 892	94 555
Pessoal – salários e outras remunerações	15 349	-
Subsidio Brinquedos de Natal	11 379	4 849
Investimentos realizados com dotação orçamental (Nota 21)	1 940	3 107
Segurança Social INSS	1 170	34 313
	717 485	602 142
	3 764 102	2 031 190

65

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, o saldo da rubrica "Provisões para Encargos Fiscais a Pagar-Diferido" corresponde aos valores apurados de impostos diferidos passivos resultantes de variações cambiais potenciais das Aplicações de Liquidez.

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, o saldo da rubrica "Encargos a pagar IAC sobre Aplicações de Capitais", refere-se ao encargo a pagar relativo ao IAC sobre os juros a receber de "Aplicações de liquidez" (Nota 3) e de "Títulos e Valores Mobiliários" (Nota 4).

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, o saldo da Rubrica "Imposto Sobre o Valor Acrescentado", corresponde ao valor de Dezembro de 2023 a pagar em Janeiro de 2024, junto da Administração Geral Tributária – AGT referente à facturação de Dezembro de 2023 e 2022.

Em 31 de Dezembro de 2023, o saldo da rubrica "Credores Diversos" inclui a dívida registada para aquisição de bens e serviços aos fornecedores, com ênfase para implementação do SAP, modernização do Data Center, aquisição do imóvel da Agência do Lobito, aquisição de mobiliários diversos e serviços de consultorias financeiras.

Em 31 de Dezembro de 2023, o saldo da rubrica "Prémio de Desempenho" corresponde ao montante do prémio de desempenho referente ao exercício de 2023, estimados pelo Conselho de Administração, a liquidar em exercícios futuros. O custo relativo a este prémio é registado na demonstração de resultados na rubrica "Pessoal - Prémio de Desempenho" (Nota 18).

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, o saldo da rubrica "Investimentos Realizados com a Dotação Orçamental" corresponde ao valor líquido dos investimentos realizados com utilização da dotação orçamental em equipamentos de transporte, equipamentos

administrativos, e sistemas de tratamento de dados, deduzido das depreciações e amortizações praticadas pelo uso dos mesmos em "Outros Proveitos e Custos Operacionais – Dotação Orçamental" (Nota 21), na medida em que os custos que lhes estão associados sejam incorridos e registados.

11. Provisões Para Responsabilidades Prováveis e Imparidades

Os movimentos das provisões durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 foi o seguinte:

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	Saldo em 31-12-2022	Reforço	Reversões	Transferências	Saldo em 31-12-2023
Provisões para garantias prestadas (Nota 13)	58 132 049	20 588 673	(13 551 587)	(6 827 637)	58 341 498
Total de provisões para responsabilidades prováveis	58 132 049	20 588 673	(13 551 587)	(6 827 637)	58 341 498
Imparidades para garantias accionadas (Nota 5)	2 178 008	2 991 675	(401 763)	6 827 637	11 595 558
Imparidade para comissões de garantias a receber (Nota 6 e 21)	3 869 076	351 983	(436 982)	-	3 784 077
Imparidade s/Bens não de Uso Próprio (Projecto Belo Horizonte) (Nota 6 e 21)	680 485	162 324	-	-	832 809

	Saldo em 31-12-2021	Reforço	Reversões	Transferências	Saldo em 31-12-2022
Provisões para garantias prestadas (Nota 13)	48 088 512	10 718 830	-	(675 293)	58 132 049
Total de provisões para responsabilidades prováveis	48 088 512	10 718 830	-	(675 293)	58 132 049
Imparidades para garantias accionadas (Nota 5)	1 543 147	95 285	(135 718)	675 293	2 178 008
Imparidade para comissões de garantias a receber (Nota 6 e 20)	2 572 571	1 296 505	-	-	3 869 076
Imparidade s/Bens não de Uso Próprio (Projecto Belo Horizonte) (Nota 6 e 11)	200 728	479 757	-	-	680 485

66

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, as "provisões para garantias prestadas" destinam-se a fazer face ao risco de incumprimento dos promotores nas operações de crédito concedidas pelos Bancos Operadores garantidas pelo FGC e são constituídas de acordo com a política divulgada na Nota 1.2.c).

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, foram constituídas imparidades para as comissões de garantias a receber, referentes aos exercícios de 2023 e 2022, respectivamente. Esta corresponde ao montante remanescente de comissões registadas na rubrica "Comissões de Garantias a Receber" em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Nota 6), com antiguidade superior a 90 dias.

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, o montante das provisões para garantias prestadas segregado por nível de risco detalhe-se da seguinte forma:

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

Nível de risco	2023		2022	
	Garantias prestadas (Nota 13)	Provisões para garantias prestadas	Garantias prestadas (Nota 13)	Provisões para garantias prestadas
A	30 202	-	5 734 856	-
B	79 469 447	(794 694)	86 253 694	(862 537)
C	29 856 966	(1 492 848)	12 527 343	(626 367)
D	818 736	(163 747)	2 427 453	(485 491)
E	1 002 283	(300 685)	3 310 240	(993 072)
F	1 813 883	(1 088 330)	4 585 797	(2 751 478)
G	54 501 193	(54 501 193)	52 413 104	(52 413 104)
	167 492 710	(58 341 498)	167 252 487	(58 132 049)

12. Fundos Próprios

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	2023	2022
Capital Social		
Fundo estatutário - Estado	20 000 000	20 000 000
Capital a realizar	-	-
	20 000 000	20 000 000
Reservas e Fundos		
Reserva Legal	4 092 265	4 092 265
Outros Fundos (Fundo estatutário)	120 539 300	70 539 300
Outros Fundos (Banco Mundial)	7 187 495	7 187 495
	131 819 060	81 819 060
Resultados Potenciais	2 115 181	1 315 241
Resultados transitados	(12 034 173)	1 322 855
Resultado líquido do exercício	6 458 029	(13 357 028)
	148 358 097	91 100 128

O FGC foi constituído com um capital inicial de AOA 20 000 000 000,00 (Vinte Mil Milhões), tendo sido totalmente subscrito e realizado pelo Estado a 31 de Dezembro de 2017 (AOA 19 539 300 000,00, em 31 de Dezembro de 2016).

É competência do Conselho de Administração do FGC elaborar o Relatório e Contas das Actividades do FGC, conforme a alínea i) do número 1 do artigo 19º do Decreto Presidencial 197/15, de 16 de Outubro, que aprova o Estatuto Orgânico, sendo a aplicação do resultado do FGC definida pelo seu Conselho de Administração e aprovada pelo Ministério das Finanças. Os aumentos de capital são decididos pelo Ministério das Finanças, de acordo com a avaliação do Relatório e contas anual, e podem ser efectuados com entradas em dinheiro, em títulos emitidos pelo Estado ou através da incorporação de reservas. Nos termos da legislação vigente, o FGC constitui uma reserva legal até a concorrência do seu capital social. Para tal, é anualmente transferido para a rubrica "Reserva Legal" um mínimo de 20%.

A reserva acima referenciada só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas.

Em Março de 2016, o Ministério das Finanças realizou o capital social do Fundo, no montante de AOA 5 180 000 000,00 (Cinco Mil Cento e Oitenta Milhões de kwanzas), através da emissão de Obrigações do Tesouro (Nota 5); de igual modo, em Maio de 2017, o Ministério das Finanças realizou o capital social do FGC num total AOA 5 000 000 000,00 (Cinco Mil Milhões) através da emissão de Obrigações do Tesouro (Nota 4). Deste último, um montante de AOA 460 700 000,00 (Quatrocentos e Sessenta Milhões e Setecentos mil Kwanzas) foi registado na conta "Capital a Realizar", realizando, assim, na totalidade o Capital subscrito, sendo a diferença AOA 4 539 300 000,00 (Quatrocentos Mil Quinhentos e Trinta e Nove Milhões e Trezentos Mil Kwanzas) registada na rubrica "Fundos Estatutário", representando capital adicional do FGC.

Em Abril de 2020, o Ministério das Finanças reforçou o capital do FGC, no montante de AOA 40 000 000 000,00 (Quarenta Mil Milhões de Kwanzas), através da emissão de Obrigações do Tesouro (Nota 4), para fazer face ao novo Programa de Apoio à Economia, ao Programa de Apoio ao Crédito (PAC), bem como do Aviso 10/2020 do BNA.



Em Maio de 2021, o Ministério das Finanças reforçou novamente o capital do FGC no montante de AOA 20 000 000 000,00 (Vinte Mil Milhões de Kwanzas) através da emissão de Obrigações do Tesouro (Nota 4), para fazer face ao novo programa de apoio a economia como o Programa de Apoio ao Crédito bem como o Aviso nº 10/20 do BNA.

Em Dezembro de 2022, o Ministério das Finanças reforçou novamente o capital do FGC no montante de AOA 6 000 000 000,00 (Seis Mil Milhões de Kwanzas) através da emissão de Obrigações do Tesouro (Nota 4), para fazer face ao novo programa de apoio a economia como o Programa de Apoio ao Crédito bem como o Aviso 10/2022 do BNA.

Em Julho de 2023, o Ministério das Finanças voltou a reforçar o capital do FGC, no montante de AOA 50.000.000.000,00 (Cinquenta Mil Milhões de Kwanzas), por meio da emissão de Obrigações do Tesouro (Nota 4), para dinamizar o novo programa LAPS e as demais linhas já existentes.

No contexto do registo destas realizações de capital social em espécie, após as análises efectuadas pelo Conselho de Administração do FGC e parecer jurídico da empresa prestadora de serviços de consultoria jurídica, o Conselho de Administração concluiu que o despacho que autoriza a realização do capital social é o documento bastante para o efeito de mensuração jurídica referente à realização do capital Social, cujo acto não é notarial, pois é previamente apreciado em Conselho de Ministros e aprovado pelo Titular do Poder Executivo. Assim sendo, a realização do aumento do capital social do FGC não segue o regime previsto na Lei das Sociedades Comerciais, nem a alteração dos seus estatutos, pois é um acto a ser realizado em Cartório Notarial.

O parecer indica que não é aplicável ao FGC a Lei das Sociedades Comerciais, uma vez que o FGC é um Fundo autónomo, e não uma Sociedade.

Após consulta da Lei das instituições Financeiras e do Diploma que regula a organização e o funcionamento dos fundos autónomos, o Conselho de Administração entendeu não ser aplicável ao FGC a obrigação da obtenção de um relatório de perito contabilista para suportar a valorização das Obrigações do Tesouro recebidas com vista a realização do seu capital social em 2016 e 2017, no montante de AOA 10 180 000 000,00 (Dez Mil Cento e Oitenta Milhões de Kwanzas).

Tendo como base o acima exposto, e por ter sido reforçado em 2022 e 2023 o seu capital em 6 000 000 000,00 (Seis Mil Milhões de Kwanzas) e AOA 50 000 000 000,00 (Cinquenta Mil Milhões de Kwanzas) e em cada exercício, o FGC procedeu ao registo à semelhança dos anos anteriores 2016 e 2017.

Em 31 de Dezembro de 2023, o valor das Obrigações do Tesouro passou de AOA 66 000 000 000,00 (Sessenta e Seis Mil Milhões de Kwanzas) para AOA 81 000 000 000,00 (Oitenta e Um Mil Milhões de Kwanzas), devido à venda de 35 mil unidades e, subsequentemente, à Capitalização de AOA 50 000 000 000,00 (Cinquenta Mil Milhões de Kwanzas).

13. Contas Extrapatrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	2023	2022
GARANTIAS PRESTADAS		
Apoio a Produção	112 341 810	96 445 035
Angola Investe	54 026 282	70 289 147
Programa de Desenvolvimento da Agricultura Comercial	1 124 539	518 304
Linha de Apoio aos Projectos Sustentáveis	80	-
	167 492 710	167 252 487
COMPROMISSOS ASSUMIDOS PERANTE TERCEIROS		
Apoio a Produção	55 751 695	64 766 357
Angola Investe	6 312 940	-
Programa de Desenvolvimento da Agricultura Comercial	1 048 981	795 698
Linha de Apoio aos Projectos Sustentáveis	175 579	-
	63 289 195	65 562 055
GARANTIAS RECEBIDAS	126 297	42 466
CRÉDITOS MANTIDOS NO ACTIVO	11 595 557	2 178 008
	242 503 759	235 035 016

Em 31 de Dezembro de 2023, o valor das garantias prestadas descende a AOA 54 026 282 000,00 (Cinquenta e Quatro mil Vinte e Seis Milhões e Duzentos e Oitenta e Dois Mil Kwanzas), relativamente a Dezembro de 2022, que teve um valor de garantias prestadas de AOA 70 289 147 000,00 (Setenta Mil, Duzentos e Oitenta e Nove Milhões e Cento e Quarenta e Sete Mil Kwanzas) referente ao Programa Angola Investe, fruto do Plano de Saneamento da carteira do referido programa, já os demais programas ascendem para AOA 112 341 810 000,00 (Cento e Doze Mil, Trezentos e Quarenta e Um Milhões e Oitocentos e Dez Mil Kwanzas) referentes ao Programa de Apoio à Produção (PAC) e Aviso 10/2022 do BNA, AOA 1 124 539 000,00 (Mil Milhões, Cento e Vinte e Quatro Milhões e Quinhentos e Trinta e Nove Mil Kwanzas) referentes ao Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial, representando um aumento em 100% e ao novo Programa, denominado Linha de Apoio aos Projectos Sustentáveis vulgo LAPS, no valor de AOA 80 000,00 (Oitenta Mil Kwanzas).

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, os compromissos assumidos, no valor de mAOA 63 289 195, e mAOA 65 562 055, representam a parte das garantias emitidas cujos financiamentos não haviam sido desembolsados pelos Bancos Operadores aos clientes. O FGC não constitui provisões sobre o saldo do compromisso perante terceiros por se tratar de compromissos revogáveis até ao momento do seu eventual desembolso pelos Bancos Operadores aos seus clientes.

As garantias prestadas, no âmbito do mecanismo de garantias públicas, são concedidas em moeda nacional a favor dos Bancos Operadores e têm subjacentes, financiamentos a empresas e empresários em nome individual, bem como cooperativas que se enquadram nos critérios de elegibilidade definidos, não estando prevista a concessão de garantias sobre financiamentos a particulares.

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, a composição da carteira de garantias prestadas por sectores de actividade, é a seguinte:

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	2023	2022
GARANTIAS PRESTADAS - ANGOLA INVESTE		
Indústria Transformadora, geologia e minas	18 466 533	27 683 093
Agricultura	10 580 748	12 453 017
Pecuária	8 132 324	9 884 362
Pescas	2 976 041	4 091 765
Serviços de apoio ao sector produtivo	9 962 127	10 880 349
Materiais de construção	3 908 510	5 296 562
	54 026 282	70 289 147
GARANTIAS PRESTADAS - APOIO A PRODUCAO		
Indústria Transformadora, geologia e minas	56 319 109	43 987 422
Agricultura	19 323 303	17 621 149
Pecuária	13 901 474	14 929 046
Pescas	17 201 066	14 325 882
Serviços de apoio ao sector produtivo	4 486 495	4 246 884
Materiais de construção	1 110 363	1 334 652
	112 341 810	96 445 035
GARANTIAS PRESTADAS - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO AGRICULTURA COMERCIAL		
Agricultura	1 098 311	518 304
Pecuária	26 227	-
	1 124 539	518 304
GARANTIAS PRESTADAS - LINHA DE APOIO AOS PROJECTOS SUSTENTÁVEIS		
Pescas	80	-
	80	-

70

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, a composição da carteira de garantias prestadas por província, é a seguinte:

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	2023	2022
GARANTIAS PRESTADAS - ANGOLA INVESTE		
Luanda	20 304 883	27 668 186
Cuanza - Norte	6 553 189	7 503 830
Cuanza - Sul	6 131 980	6 945 391
Malanje	3 851 682	5 745 201
Benguela	1 900 096	3 371 870
Huíla	3 632 280	4 288 020
Huambo	4 453 479	5 841 247
Bengo	2 965 327	3 152 579
Lunda - Sul	1 836 895	2 039 200
Namibe	1 220 696	1 780 496
Bié	474 841	902 587
Uíge	395 601	439 345
Zaire	229 523	247 289
Cabinda	72 025	179 194
Cunene	3 784	140 284
Lunda - Norte	-	42 000
Moxico	-	2 428
	54 026 282	70 289 147
GARANTIAS PRESTADAS - APOIO A PRODUCAO		
Luanda	57 407 324	47 940 707
Huíla	17 353 852	17 327 643
Benguela	15 405 881	14 239 571
Cuanza - Sul	5 471 059	4 236 990
Uíge	3 370 066	1 077 834
Bengo	3 160 206	2 419 509
Malanje	2 726 187	3 012 238
Bié	2 124 634	1 235 991
Namibe	1 848 629	1 713 403
Cabinda	1 523 167	1 542 226
Huambo	977 967	947 333
Cuando - Cubango	557 120	557 120
Cuanza - Norte	215 518	23 355
Lunda - Sul	139 779	158 572
Zaire	60 421	12 543
	112 341 810	96 445 035
GARANTIAS PRESTADAS - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO AGRICULTURA COMERCIAL		
Cuanza - Sul	695 417	392 205
Cuanza - Norte	181 932	25 104
Malanje	179 451	100 995
Huambo	66 890	-
Luanda	590	-
Huíla	258	-
	1 124 539	518 304
GARANTIAS PRESTADAS - LINHA DE APOIO AOS PROJECTOS SUSTENTÁVEIS		
Zaire	80	-
	80	-

71

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, para fazer face ao risco de crédito associado às garantias prestadas, o FGC constitui provisões no montante de AOA 58 341 498 000,00 (Cinquenta e Oito Mil Trezentos e Quarenta e Um Milhões e Quatrocentos e Noventa e Oito Mil Kwanzas) e AOA 58 132 049 000,00 (Cinquenta e Oito Mil Cento e Trinta e Dois Milhões e Quarenta e Nove Mil Kwanzas) respectivamente (Nota 11).

O montante das provisões para garantias prestadas registadas segregado por nível de risco encontra-se detalhado na Nota 11.

14. Margem Financeira

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	2023	2022
Proveitos de instrumentos financeiros activos		
Proveito de aplicações de liquidez		
Juros de Aplicações de Liquidez	8 211 772	4 186 115
Ganhos cambiais na reavaliação de activos (Aplicações de liquidez)	4 213 529	3 509 512
	12 425 301	7 695 627
Proveito de Títulos e Valores Mobiliários		
Prov. Tít. Mob.Mant. Negoc.	-	-
Prov. Tít. Mob.Mant. Venda	13 816 206	10 456 580
Proveitos de Créditos	-	77
	13 816 206	10 456 657
Custos de instrumentos financeiro passivo		
Juros de outras captações	(815 840)	(1 050 339)
Perdas cambiais na reavaliação de activos (Aplicações de liquidez)	(127 132)	(15 336 482)
Prov.Op. Vnd. Tít. Terc.Ac.Rev	-	(6 884)
	(942 972)	(16 393 705)
	25 298 535	1 758 579

72

Em 31 de Dezembro de 2023, o saldo da rubrica "Proveitos de Aplicações de Liquidez" corresponde aos juros das aplicações de liquidez (Nota 3), bem como as variações cambiais positivas não realizadas nas aplicações em moeda estrangeira junto dos bancos comerciais residentes.

Em 31 de Dezembro de 2023, o saldo da rubrica "Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários" é composto pelos juros das Obrigação do Tesouro (Nota 4).

Em 31 de Dezembro de 2023, o saldo da Rubrica "Perdas Cambiais na Reavaliação de Activos (Aplicações de Liquidez)" corresponde às variações cambiais realizadas e não realizadas nas aplicações em moeda estrangeira junto dos bancos comerciais residentes (Nota 3). A variação face a 31 de Dezembro de 2023 está relacionada com a conversão de um depósito em moeda estrangeira em moeda nacional que ocorreu em 2022.

15. Resultados de Negócios e Ajuste ao Valor

Esta rubrica esta composta da seguinte forma:

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

Resultados de Negócios e Ajustes ao Valor	2023	2022
Resultados de Negócios e Ajustes ao Valor	(1 999 579)	-
	(1 999 579)	-

Esta rubrica regista os resultados de vendas de Obrigações do Tesouro.

16. Resultados de Operações Cambiais

Esta rubrica está composta da seguinte forma:

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

Resultados de operações cambiais

	2023	2022
Diferenças de câmbio favoráveis	586 193	274 459
Diferenças de câmbio desfavorável	(372 529)	(1 740 181)
	213 664	(1 465 721)

Em 31 de Dezembro de 2023, os resultados de operações cambiais correspondem à variação cambial realizadas positivas e negativas das contas activas e passivas tituladas em moeda estrangeira.

73

17. Resultados de Prestação de Serviços Financeiros

Esta rubrica tem a seguinte composição:

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	2023	2022
Proveitos de serviços financeiros e comissões		
Comissões de garantias prestada_PAI	1 052 677	1 301 173
Comissões de garantias prestada_GAP	2 001 883	1 444 632
Comissões de garantias prestada_P.D.A.C	13 838	8 058
Comissões Garantias Prestadas - L.A.P.S	0	
	3 068 397	2 753 863
Custos de serviços financeiros e comissões		
Despesas com serviços bancários	(24 605)	(8 484)
Outros Custos Financeiros	(391 207)	(327 119)
	(415 812)	(335 604)
	2 652 585	2 418 259

No âmbito da emissão de garantias de crédito, o FGC cobra aos clientes comissões à taxa anual de 2% sobre o valor em dívida garantido, às quais são recebidas pelos Bancos Operadores e posteriormente, transferidas para o FGC. Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, o saldo da rubrica "Comissões de Garantias Prestadas" corresponde às comissões referentes aos exercícios de 2023 e 2022, respectivamente.

18. Pessoal

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, foi registado:

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	2023	2022
Remuneração base		
Orgãos de Gestão e Fiscalização	441 638	402 851
Colaboradores	1 544 464	1 172 262
	1 986 102	1 575 113
Outros custos		
Prémio de desempenho (Nota 10)	643 140	472 444
Cesta básica	272 112	200 504
Seguros	316 021	191 767
Segurança social (8%)	252 730	186 448
Subsídio de Natal	136 175	156 824
Formação	138 436	106 762
Férias e subsídio de férias	138 399	102 355
Outros Custos c/ Pessoal	183 853	67 242
Subsidio Cabaz de Natal	125 250	49 820
Subsidio de Antiguidade	11 250	11 250
Horas Extraordinárias	22 077	5 378
Abono de Familia	2 738	1 733
Subsidio de Transporte	33 213	
	2 275 393	1 552 528
	4 261 495	3 127 641

74

- Em 31 de Dezembro de 2023, o FGC apresenta um total de 149 colaboradores, mais 35 colaboradores em relação ao período homólogo;
- O saldo da rubrica "Remuneração Base" corresponde aos salários dos colaboradores e dos membros do Conselho de Administração e Fiscal.
- Os custos suportados relativos às contribuições para a Segurança Social encontram-se registadas na rubrica "Outros Custos - Segurança Social";
- O saldo da rubrica "Prémio de Desempenho" corresponde ao acréscimo do montante orçamentado a pagar em 2024, se os resultados fiscais do FGC e o desempenho dos colaboradores, em 2023, forem positivos. Este valor está inscrito no orçamento de 2023, aprovado pelo Conselho de Administração e pela tutela (Ministério das Finanças), sendo que, para 2023, houve um prémio extraordinário;
- O saldo da rubrica "Férias e Subsídio de Férias" refere-se ao reconhecimento do direito de férias e subsídio correspondente, previsto na Lei Geral do Trabalho em vigor, que normalmente são gozadas no ano seguinte;
- O saldo da rubrica "Subsídio Cabaz de Natal, corresponde essencialmente ao montante referente ao Cabaz de Natal.

19. Fornecimentos e Serviços de Terceiros

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	2023	2022
Auditoria, consultoria e outros serviços especializados	365 771	190 425
Segurança, conservação e reparação	183 532	150 960
Deslocações e estadias	505 444	153 206
Materiais diversos	48 261	39 193
Limpeza, higiene e conforto	32 578	56 899
Seguros	59 505	25 629
Comunicações	40 119	28 229
Combustível	34 365	23 162
Outros	117 479	23 469
Alugueres	20 745	11 876
Publicações, publicidade e propaganda	352 292	99 910
Alimentação	25 509	6 109
Livros e documentos técnicos	-	760
Assistência técnica	13 546	11 695
Emolumentos notariais	2 525	3 688
Electricidade	4 764	4 598
Água	3 408	2 996
Vigilância e Segurança	16 441	7 200
Multas e Transgressões	-	907
Despesas de representação	8 851	-
	1 835 133	840 912

75

O saldo da Rubrica "Auditoria, Consultoria e outros Serviços Especializados" inclui os Serviços de Auditoria Externa às demonstrações financeiras do FGC.

O saldo da Rubrica "Deslocações e Estadas", corresponde às despesas com bilhetes de passagem, ajudas de custos e hospedagem, referentes às visitas de acompanhamento aos projectos garantidos pelo FGC.

A variação do saldo da rubrica "Publicações, Publicidades e Propagandas entre 2023 e 2022" corresponde à participação em feiras e exposições e uma forte campanha que o FGC tem vindo a desenvolver para divulgação das suas novas linhas, nos quatro cantos do país. Com a organização de fóruns provinciais, o FGC tem, igualmente, divulgado ao sector empresarial as facilidades de acesso ao crédito junto da banca comercial.

O saldo da rubrica "Seguros", está relacionado com serviços de Seguros de Saúde e outros que são assumidos pelo FGC em benefício dos colaboradores.

O saldo da rubrica "Despesas de Representação" corresponde as despesas realizadas pelos membros do Conselho de Administração nas diversas actividades, como fóruns e feiras em representação do FGC.

20. Impostos e Taxas

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	2023	2022
Imposto sobre Aplicação de Capitais	(1 512 845)	(936 891)
Imposto S/Valor Acrescentado	(220 418)	(160 221)
Outras Taxas	(980)	-
Imposto de Selo s/Renda	(785)	-
Imposto Predial Urbano	-	(52 604)
Impostos e taxas não incidentes sobre o resultado	(1 735 028)	(1 149 716)

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, o saldo da rubrica "Imposto Sobre Aplicação de Capitais" corresponde às retenções e pagamento de IAC sobre os depósitos a prazos e Obrigações do Tesouro, domiciliados nos bancos comerciais (Notas 3 e 4).

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, o saldo da rubrica "Imposto Sobre Valor Acrescentado" corresponde aos custos com IVA pago e não dedutíveis (Nota 10).

21. Outros Proveitos e Custos Operacionais

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	2023	2022
Rendas de Propriedade de Investimento	144 824	99 530
Dotação orçamental	1 167	5 036
Outros	(9 971)	2 625
Imparidade para comissões de garantias a receber e Créditos (Nota 5, 6 e 11)	(2 504 913)	(1 256 073)
Imparidade s/Bens não de Uso Próprio (Projecto Belo Horizonte) (Nota 6 e 11)	(152 324)	(527 535)
	(2 521 218)	(1 676 417)

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, o saldo da rubrica "Rendas de Propriedades de Investimento" corresponde essencialmente aos valores recebidos pelo arrendamento de algumas fracções do Edifício Sede do FGC, bem como dos apartamentos sitos no Condomínio Dolce Vita, Talatona (Nota 6).

22. Resultado Não Operacional

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	2023	2022
Ganhos e Perdas Imobiliz.		
Perdas abate imobilizado	(527 518)	(15 685)
	(527 518)	(15 685)
Ganhos de Exercícios anteriores		
Out. Ganhos de Ex. Anterior	47 627	26 837
Comissões de Garantia	-	4 190
	47 627	31 026
Perdas de Exercícios anteriores		
Comissões de Garantia	-	(2 164)
Out. Perdas de Ex. Anterior	(150 790)	(138 622)
	(150 790)	(140 785)
	(630 681)	(125 443)

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, o saldo da rubrica "Perdas Abate Imobilizado" corresponde, essencialmente, ao valor dos imobilizados abatidos durante o exercício findo.



23. Imposto Corrente

As demonstrações financeiras de 2023 e de 2022 foram preparadas com base no Código do Imposto Industrial.

Em 31 de Dezembro de 2023, o "Resultado Antes do Imposto" positivo em AOA 6 458 029 000,00 (Seis Mil Quatrocentos e Cinquenta e Oito Milhões Oitocentos e Vinte e Nove Mil Kwanzas) foi, efectivamente, influenciado pelos juros das Obrigações do Tesouro da capitalização realizada dos juros das aplicações em depósito a prazo.

A estimativa de Imposto Industrial do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 pode ser apresentada conforme segue:

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	2023	2022
Resultado Líquido do Exercício	6 458 029	(15 422 515)
A acrescentar:		
Rendimentos de variações cambiais não realizáveis [Art. 13.º do CII]	127 119	780 226
Imposto sobre a Aplicação de Capitais [Art. 18.º do CII]	1 512 845	936 891
Correcções relativas a exercícios anteriores e extraordinárias [Art. 18.º do CII]	47 627	11 021
Amortizações excessivas [Art. 40.º do CII]	233 229	204 171
Multas e encargos sobre infracções [Art. 18.º do CII]	-	907
Imposto Predial Urbano [Art. 18.º do CII]	-	-
	1 920 821	1 933 215
A deduzir:		
Rendimentos sujeitos a IAC [Art. 47.º do CII]	(22 027 978)	(14 642 695)
Rendimentos de variações cambiais não realizáveis [Art. 13.º do CII]	(4 213 529)	(1 307 966)
Rendimentos sujeitos a IP [Art. 47.º do CII]	(144 824)	(99 530)
Imposto diferido	(848 834)	2 065 487
	(27 235 165)	(13 984 704)
Prejuízo Fiscal	(18 856 315)	(27 474 004)
Matéria Colectável	(18 856 315)	(27 474 004)
Deduções à colecta:		
Liquidações provisórias sobre os serviços [Art. 67.º]	-	-
Total a Recuperar	-	-

Os prejuízos fiscais utilizáveis à data podem ser apresentados conforme segue:

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	Lucro/(Fiscal)	Prejuízo remanescente à data	Observações
2023	-18 856 315	18 856 315	Prejuízo utilizável até 2028
2022	-27 474 004	27 474 004	Prejuízo utilizável até 2027
2021	-5 067 425	5 067 425	Prejuízo utilizável até 2026
2020	-9 274 977	9 274 977	Prejuízo utilizável até 2025
2019	-291 870	291 870	Prejuízo utilizável até 2024
		60 964 591	

24. Balanço por Moeda

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, os balanços por moeda apresentam a seguinte estrutura:

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	31/12/2023				31/12/2022			
	Moeda nacional	Moeda nacional indexada ao USD	Moedas estrangeiras	Total	Moeda nacional	Moeda nacional indexada ao USD	Moedas estrangeiras	Total
Disponibilidades	6 657 905	-	224 571	6 882 476	2 285 148	-	-	2 285 148
Aplicações de liquidez	100 381 211	-	10 257 527	110 638 738	69 758 812	-	6 163 309	75 922 121
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	87 500 431	-	-	87 500 431	69 816 470	-	-	69 816 470
Créditos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros valores	4 062 200	-	-	4 062 200	3 978 136	-	-	3 978 136
Imobilizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizações corpóreas	3 335 985	-	-	3 335 985	2 337 548	-	-	2 337 548
Imobilizações incorpóreas	1 014 709	-	-	1 014 709	868 771	-	-	868 771
Total do Activo	202 952 441	-	10 482 097	213 434 539	149 044 884	-	6 163 309	155 208 194
Outras Captações	2 956 551	-	-	2 956 551	3 941 662	-	-	3 941 662
Adiantamento de Clientes	14 291	-	-	14 291	3 166	-	-	3 166
Outras obrigações	3 764 102	-	-	3 764 102	2 031 190	-	-	2 031 190
Provisões para responsabilidades prováveis	58 341 498	-	-	58 341 498	58 132 049	-	-	58 132 049
Total do Passivo	65 076 442	-	-	65 076 442	64 108 087	-	-	64 108 087
Activo/(Passivo) Líquido	137 875 999	-	10 482 097	148 358 097	84 936 818	-	6 163 309	91 100 127

O mapa acima apresenta os saldos em moeda nacional e estrangeira para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022.

25. Eventos Subsequentes

Após a data do Balanço, houve conhecimento de eventos ocorridos, como a aquisição de Bilhetes do Tesouro com data de vencimento a 19/02/2025, que afectam o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do FGC apenas em períodos subsequentes.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO DE GARANTIA DE CRÉDITO, LUANDA AOS 24 DE ABRIL DE 2024.


 Presidente do Conselho de Administração
Luzayadio Simba

 Administradora
Efigénia Mpenço

Relatório do Auditor Independente

Ao Conselho de Administração
do Fundo de Garantia de Crédito, S.A.

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Garantia de Crédito, S.A. ("Fundo"), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2023 (que evidencia um total de 213 434 539 milhares de kwanzas e um total de capital próprio de 148 358 097 milhares de kwanzas, incluindo um resultado líquido de 6 458 029 milhares de kwanzas), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Fundo em 31 de Dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o Plano de Contas das Instituições Financeiras Não Bancárias.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Plano de Contas das Instituições Financeiras Não Bancárias.
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

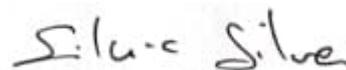
- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

Luanda, 30 de Abril de 2024

Ernst & Young Angola, Lda.
Representada por:



Daniel José Venâncio Guerreiro
(Perito Contabilista n.º 20130107)



Sílvia Silva
(Partner)



CONSELHO FISCAL

FGC

Fundo de Garantia de Crédito

**PARECER SOBRE O
RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO
EXERCÍCIO DE 2023**

Abril de 2024

I. INTRODUÇÃO

1. Ao abrigo do Decreto Executivo n.º 42/01, de 6 de Julho, que estabelece o Regulamento dos Conselhos Fiscais das Empresas Públicas, e em conformidade com os Avisos do Banco Nacional de Angola, o Conselho Fiscal do Fundo de Garantia de Crédito (FGC) emite o Parecer sobre o Relatório e as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício Económico de 2023.
2. O Conselho Fiscal do Fundo de Garantia de Crédito (doravante designado igualmente por “Conselho Fiscal”) acompanhou periodicamente o funcionamento e a gestão do Fundo de Garantia de Crédito (doravante designado igualmente “Fundo”), bem como a regularidade da escrituração contabilística de acordo com as normas e regulamentos aplicáveis à actividade do Fundo.
3. As Demonstrações Financeiras do Fundo compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2023 (que evidencia um total de Activos na ordem dos Kz 213,44 mil milhões, um total de Passivos na ordem dos Kz 65,17 mil milhões e Fundos Próprios na ordem dos Kz 148,36 mil milhões), a Demonstração de Resultados por Natureza, a Demonstração de Fluxos de Caixa e a Demonstração de Mutações nos Fundos Próprios, bem como as respectivas notas as Demonstrações Financeiras.

II. RESPONSABILIDADE DO CONSELHO FISCAL

4. O Conselho Fiscal fiscaliza a gestão do Fundo e emite um Parecer ao Relatório de Gestão e Contas, para assegurar, por um lado, que as actividades do Fundo estão em conformidade com os seus objectivos estatutários, e, por outro lado, que a divulgação das demonstrações financeiras estão isentas de distorção material e alinhada com os princípios contabilísticos do Plano Contabilístico das Instituições Financeiras não Bancárias (PCIFNB).

III. BASES PARA EMISSÃO DO PARECER

a) Análise das Demonstrações Financeiras

5. No âmbito das suas atribuições e competências, o Conselho Fiscal realça os pontos abaixo, com base nos aspectos julgados materialmente relevantes na persecução dos objectivos do Fundo, designadamente garantir o cumprimento das obrigações assumidas pelos agentes económicos no âmbito do mecanismo de garantias públicas e servir de contragarantia às garantias prestadas pelas sociedades de garantia de crédito, de modos a contribuir para o desenvolvimento e diversificação da economia.
 - i. As políticas contabilísticas e critérios valorimétricos e de reconhecimento implementados estão em conformidade com o Plano de Contas das Instituições Financeiras Não Bancárias (PCIFNB), por falta de Plano de Contas específico para os Fundos de Garantias.
 - ii. O Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstrações de Mutações de Fundos Próprios e Demonstrações de Fluxos de Caixa do Exercício evidenciam com clareza a situação financeira e patrimonial do Fundo.
 - iii. As demonstrações financeiras apresentam garantias prestadas na ordem dos Kz 498,00 milhões e compromissos assumidos ao longo do ano, na ordem dos Kz 63,29 milhões.
 - iv. As garantias prestadas e as comissões sobre as garantias estão devidamente provisionadas nas Demonstrações de Resultados.
 - v. O Resultado Líquido do Exercício reflectido na Demonstração de Resultados por Natureza, é positivo, correspondendo a cerca Kz 6,46 milhões.

b) Opinião do Auditor Independente

6. O Conselho Fiscal tomou conhecimento da opinião do Auditor Independente, elaborado pela entidade Ernst & Young Angola, Lda., representada pelo Perito Contabilista Daniel Guerreiro, n.º 20130107, que emitiu um ***parecer favorável***, dando nota de que as demonstrações financeiras, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Fundo de Garantia de Crédito, em 31 de Dezembro de 2023, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa, relativos ao exercício findo naquela data, de acordo com o plano de contas das Instituições Financeiras Não Bancárias em vigor.

IV. PARECER DO CONSELHO FISCAL

7. Com base nos parágrafos anteriores, o Conselho Fiscal é de opinião que, as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Fundo, referentes ao período de 31 de Dezembro de 2023, estão em concordância com as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pelo Plano de Contas das Instituições Financeiras Não Bancárias.
8. O Conselho Fiscal agradece ao Conselho de Administração e todos os colaboradores do Fundo, com quem interagiu, pela prestimosa colaboração e esclarecimentos prestados.

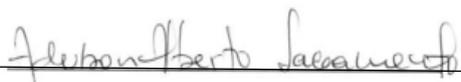
Luanda, aos 30 de Abril de 2024.

A Presidente do Conselho Fiscal



Célia Rafael de Almeida

Os Vogais



Adilson Alberto Sacramento



Sidónio Domingos Carlos